

**UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO**

ANA MARIA BARBOSA SOCCI

**INICIATIVAS SUSTENTÁVEIS VOLTADAS À
RESPONSABILIDADE SOCIAL E AO DESENVOLVIMENTO
REGIONAL: UM ESTUDO SOBRE A BRASKEM**

**São Caetano do Sul
2014**

ANA MARIA BARBOSA SOCCI

**INICIATIVAS SUSTENTÁVEIS VOLTADAS À
RESPONSABILIDADE SOCIAL E AO DESENVOLVIMENTO
REGIONAL: UM ESTUDO SOBRE A BRASKEM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Municipal de São Caetano do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração. Área de Concentração: Gestão e Regionalidade.

Orientador: Prof. Dr. Luis Paulo Bresciani.

**São Caetano do Sul
2014**

Ficha Catalográfica

S662i

Socci, Ana Maria Barbosa

Iniciativas sustentáveis voltadas à responsabilidade social e ao desenvolvimento regional: um estudo sobre a Braskem / Ana Maria Barbosa Socci. -- São Caetano do Sul: USCS-Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2014.

122 p.

Orientador: Prof. Dr. Luis Paulo Bresciani

Tese (doutorado) - USCS, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2014.

1. Sustentabilidade, 2. Responsabilidade Social, 3. Desenvolvimento Regional. I. Bresciani, Luis Paulo. II. Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL

Reitor:

Prof. Dr. Marcos Sidnei Bassi

Pró-Reitora de Pós-graduação e Pesquisa:

Prof^a. Dra. Maria do Carmo Romeiro

Gestora do Programa de Pós-graduação em Administração:

Profa. Dra. Raquel da Silva Pereira

Dissertação defendida e aprovada em 28/05/2014 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Luis Paulo Bresciani (orientador)

Prof^a. Dra. Raquel da Silva Pereira (USCS)

Prof. Dr. Ricardo de Sousa Moretti (UFABC)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, acima de tudo, pois a fé que tenho Nele me guiou e me sustentou nos momentos mais difíceis, diante de todas as mudanças enfrentadas, desde a primeira até a terceira orientação, mudando quatro vezes o tema.

Agradeço, especialmente, ao meu último orientador, que soube me dar luz quando eu estava na escuridão, teve competência total para me ajudar a reestruturar o meu trabalho, com paciência, gentileza e benevolência inigualáveis, me incentivando e passando confiança e segurança. Obrigada, Bresciani, serei eternamente grata a você, por ter me ajudado a ser capaz de concluir, efetivamente, esse trabalho. Você conseguiu fazer o quase nada virar tudo!

Agradeço ao Flavio Chantre, diretor de Relações Institucionais da Braskem para e à sua equipe, por terem permitido realizarmos a pesquisa na empresa, sendo isso uma contribuição fundamental para enriquecer e validar essa pesquisa.

Agradeço à minha mãe por todo seu amor, paciência e sabedoria que, como sempre, durante toda a minha vida, esteve ao meu lado me dando discernimento e condições para enfrentar todos os obstáculos e acreditar que eu sou capaz, cumprindo perfeitamente seu papel de mãe, de amiga cúmplice e confidente, o que me deu forças para não desistir, vivendo minuto por minuto.

Agradeço a todos os meus amigos e familiares, que me apoiaram, compreendendo e respeitando as minhas dificuldades e limitações e minimizando-as. Em especial, agradeço aos meus irmãos Cristina, Pedro e Lisa, por dividirem comigo os meus anseios, às minhas amigas Raquel, Carla Roberta, Mirtes Acácia e Lilian, por terem me ouvido e incentivado com tanto carinho e ao Rodrigo por ter revisado o trabalho e corrigido os meus erros com tanta dedicação e eficiência. Vocês todos me suportaram e me apoiaram muito durante esses dois anos.

Agradeço com muito amor e carinho ao meu namorado, Mário, pois mesmo tendo aparecido no meio desse percurso, soube lidar com a minha instabilidade, estresse e ansiedade, amenizando tudo com seu carinho e alegria de viver, renovando a minha energia, me dando ânimo para continuar em frente. Amo muito você e a minha vida fica muito melhor com você nela!

RESUMO

As organizações empresariais têm assumido ações e iniciativas relacionadas ao desenvolvimento sustentável, na execução de suas atividades, mesmo que pela via de pressões da legislação e de normas governamentais ou do próprio mercado. Nesse sentido, o presente trabalho tem por tema investigar as ações de responsabilidade socioambiental, na região do ABC paulista, de uma empresa líder no setor petroquímico. Nesse âmbito, tem-se por problematização verificar como a Braskem conduz suas iniciativas relacionadas ao conceito de sustentabilidade e quais os reflexos dessas iniciativas na região do ABC paulista? Dessa forma, o objetivo deste trabalho é: analisar o enquadramento conceitual das iniciativas e práticas identificadas na Braskem, dentro do marco teórico da sustentabilidade e da responsabilidade social. Justifica-se a presente investigação em função da empresa estar entre as líderes mundiais na produção de biopolímeros. Estes são identificados como materiais poliméricos sendo classificados, em termos estruturais enquanto polissacarídeos, poliésteres ou poliamidas. A metodologia utilizada foi a descritiva, de caráter qualitativo, pois este procedimento metodológico torna possível observar e analisar os fatos relativos às iniciativas de responsabilidade social desenvolvidas pela empresa em estudo, sem manipulá-las, no estabelecimento de correlações acerca da percepção de outros stakeholders (sindicato dos químicos, representante comunitário, na figura de uma diretora de escola pública) diante das ações tratadas nesta pesquisa. Logo, os resultados obtidos indicam que as iniciativas de responsabilidade socioambiental adotadas pela empresa estudada vão ao encontro do que prediz o paradigma da Sustentabilidade e Responsabilidade Social, na promoção do desenvolvimento regional, onde se encontra instalada.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Responsabilidade Social, Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

Business organizations have taken actions and initiatives related to sustainable development, in the execution of their activities, even by means of pressure from legislation and government regulations, or the market itself. In this sense, the present work is to investigate the issue of environmental responsibility actions , in the ABC Paulista region , a leading company in the petrochemical sector . In this context, it has been problematic to see how the leading company in the domestic petrochemical industry conducts its related to the concept of sustainability and what the consequences of these initiatives in the ABC Paulista region initiatives? Thus, the objective is to identify the consequences of these initiatives and practices with regard to regional development in areas where Braskem has significant performance, especially economic, social and environmental impacts . Justifies the present investigation due to the company being among the world leaders in the production of biopolymers. These are identified as polymeric materials are classified in structural terms as polysaccharides, polyesters or polyamides. The methodology used was descriptive, qualitative, because this methodological procedure makes it possible to observe and analyze the facts relating to social responsibility initiatives undertaken by the company under study, without manipulating them , in establishing correlations on perception of other stakeholders (chemical union , community representative , the figure of a director of a public school) before the actions addressed in this research. Therefore, the results obtained indicate that environmental responsibility initiatives taken by the company will meet the study predicts that the paradigm of Sustainability and Social Responsibility , the promotion of regional development , where it is installed .

Keywords : Sustainability ; Social Responsibility ; Regional Development .

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Conceito de Sustentabilidade Corporativa	34
Figura 2. Tripé da Sustentabilidade Empresarial e suas Ações em Cada Área .	36
Figura 3. Pilares e Premissas do Desenvolvimento Regional Sustentável	40
Figura 4. Tripé da Sustentabilidade Empresarial.....	45
Figura 5. Cadeia Petroquímica.....	78
Figura 6. Consumo Aparente de Resinas Termoplásticas.....	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Resumo dos marcos, perspectiva histórica e cronológica.....	28
Quadro 2. Paradigma cartesiano versus paradigma da sustentabilidade	42
Quadro 3. Categorias da Responsabilidade Social	51
Quadro 4. As cinco dimensões da RSE, seu escopo e expressões emblemáticas	57
Quadro 5. Etapas da pesquisa.....	67

SUMÁRIO

RESUMO	07
ABSTRACT	08
1. INTRODUÇÃO	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1. Conceito de Sustentabilidade	23
2.2. Sustentabilidade e Desenvolvimento Regional	38
2.3. Responsabilidade Social.....	49
3. METODOLOGIA	65
3.1. Tipos de Pesquisa.....	67
3.2. Objetivos e Procedimentos Metodológicos	71
4. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS INICIATIVAS E PRÁTICAS VOLTADAS RESPONSABILIDADE SOCIAL DA BRASKEM	73
4.1. Panorama geral da indústria petroquímica	73
4.2. A caracterização da empresa	77
4.3. Análises e discussão dos resultados	91
4.3.1. Representante da seção de relações institucionais da Braskem .	91
4.3.1.1. Ações Sustentáveis	91
4.3.1.2. Ações de Responsabilidade Social.....	94
4.3.1.3. Desenvolvimento Regional	96
4.3.2. Representante comunitário	99
4.3.2.1. Ações Sustentáveis	99
4.3.2.2. Ações de Responsabilidade Social.....	100
4.3.2.3. Desenvolvimento Regional	101
4.3.3. Representante do sindicato dos químicos	102
4.3.3.1. Ações Sustentáveis	102
4.3.3.2. Ações de Responsabilidade Social.....	103
4.3.3.3. Desenvolvimento Regional	103
4.3.4. Relatório de Administração da Braskem	103
4.3.4.1. Ações Sustentáveis	103
4.3.4.2. Responsabilidade Social	105

4.3.4.3. Desenvolvimento Regional	106
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS.....	112
APÊNDICE 1 – Roteiro de entrevista semiestruturada	121
APÊNDICE 2 – Carta de Autorização da Braskem	122

1. INTRODUÇÃO

As atividades empresariais podem produzir efeitos significativos junto ao meio ambiente. Se as atividades industriais são desenvolvidas sem qualquer tipo de preocupação ambiental, tendem a colaborar para o aumento da poluição do ar, da água, do solo, contribuindo para as mudanças climáticas, gerando resíduos sólidos e outros impactos.

As organizações empresariais têm assumido ações e iniciativas relacionadas ao desenvolvimento sustentável, na execução de suas atividades, mesmo que pela via de pressões da legislação e de normas governamentais ou do próprio mercado.

Deve-se compreender o conceito de sustentabilidade, sendo identificado como a capacidade do homem interagir com os recursos naturais disponíveis no planeta, na preservação do meio ambiente, utilizando de modo consciente os recursos presentes com vistas ao não comprometimento das gerações futuras.

Para que as políticas e práticas de sustentabilidade empresarial se concretizem é indispensável o atendimento concomitante aos critérios ligados à responsabilidade social, prudência ecológica e eficiência econômica. Estes critérios devem embasar as estratégias e práticas éticas e sustentáveis de ecoeficiência e responsabilidade social. Talvez seja esse o maior desafio imposto ao meio empresarial contemporâneo: estabelecer de modo coerente à proximidade entre seu crescimento econômico, a preservação do meio ambiente e a equidade social. Nesse cenário, percebe-se a necessidade de reflexão, disseminação e proposição de ideias e práticas que possibilitem a concretização de uma realidade de sustentabilidade empresarial.

Nesse sentido, a sustentabilidade empresarial deve ser entendida como uma oportunidade de novos negócios para as organizações empresariais, portanto a conciliação entre progresso econômico, equidade social e preservação ambiental pode possibilitar a geração de dividendos, imagem e reputação, colaborando também para o crescimento e longa duração dos negócios (ALESSIO, 2008).

Segundo Almeida (2002), para uma organização empresarial considerar-se sustentável deve organizar suas ações e decisões tendo por base a ecoeficiência, na perspectiva de aumento da sua produção, melhorando a qualidade de seus produtos, tendo como resultado a geração de um índice menor de poluição e redução do uso dos recursos naturais.

A ecoeficiência atinge-se através da oferta de bens e serviços a preços competitivos, que, por um lado, satisfaçam as necessidades humanas e contribuam para a qualidade de vida e, por outro, reduzam progressivamente o impacto ecológico e a intensidade de utilização de recursos ao longo do ciclo de vida, até atingirem um nível, que, pelo menos, respeite a capacidade de sustentação estimada para o planeta Terra (DIAS, 2000, p. 130).

A empresa que aglutina em suas ações os princípios da sustentabilidade tem por necessidade apresentar-se como socialmente responsável, assumindo que se encontra inserida num ambiente social que influencia e simultaneamente é influenciado por ações humanas.

Vinha (2003) argumenta que um número maior de organizações empresariais constatou que o custo financeiro reduzido, no que se refere aos investimentos ambientais, como também no que tange à administração dos conflitos sociais, pode gerar maiores gastos, se não houver o respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente também. A escolha da empresa em não respeitar as dimensões socioambientais ocasiona prejuízos à imagem que a opinião pública possui acerca da organização empresarial, promovendo dificuldades para a renovação de contratos e a implementação de novos projetos.

Observa-se, assim, que o debate sobre a sustentabilidade perpassa diferentes setores da sociedade e o setor empresarial também aponta seus posicionamentos relacionados ao tema. Entretanto, a preocupação com o meio ambiente e o social não se organizam enquanto uma regra geral para todos os segmentos empresariais.

As oportunidades para que as empresas alcancem um desempenho ecoeficiente situam-se na reorientação dos processos, revalorização dos subprodutos e a recolocação nos mercados, apresentando um posicionamento

estratégico inovador, uma orientação mercadológica nova, na construção de diferentes oportunidades para novos negócios.

É notável que as empresas ecoeficientes não surjam na mesma velocidade de sua necessidade, pois essa postura nova, relacionada à conservação dos ecossistemas exige amplo empenho, inovação e, principalmente mudanças. Diante desse aspecto, é necessário que as empresas, independente de seu porte e segmento de atuação, necessitem ousar e sair da sua situação de conforto, revisando seus modelos de produção, na busca de novos métodos de construir e fazer negócios.

Constata-se que este novo paradigma, baseado na perspectiva da ecoeficiência, ocorra num futuro próximo enquanto condição indispensável para que as empresas possam participar do mercado, sendo condição de garantia de competitividade altamente sustentável. É necessária a ruptura de paradigmas, na busca e alcance de novas estratégias empresariais que possibilitem a conciliação entre o crescimento econômico com desenvolvimento social e a conservação do meio ambiente.

Assim, sustentabilidade empresarial e inovação devem inter-relacionar-se, em função de inovar ser entendido como criar, mudar, renovar estabelecendo relações estritas para a concretização de ações empresariais sustentáveis.

A visão acerca do conceito de inovação tem sido resumida, exclusivamente, ao desenvolvimento e oferecimento de produtos e serviços, deve-se entender que a inovação está presente em todas as ações estratégicas no ambiente empresarial, logo não se pode caracterizá-la de forma limitada.

Almeida (2002, p. 82) nos afirma que:

[...] Cabe às empresas, de qualquer porte, mobilizar sua capacidade de empreender e de criar para descobrir novas formas de produzir bens e serviços que gerem mais qualidade de vida para mais gente, com menos quantidade de recursos naturais. [...] A inovação, no caso, não é apenas tecnológica, mas também econômica, social, institucional e política [...].

A proposta de gestão relacionada ao paradigma da sustentabilidade empresarial representa múltiplas oportunidades de inovação e geração de novos negócios. Com vistas à ampliação do aproveitamento desta circunstância, as

organizações empresariais podem visualizar estas oportunidades de dois modos: a de inovar, tendo em vista o aproveitamento do próprio negócio da empresa e outra de inovar expandindo-se para novos mercados, ou seja, na proposição do desenvolvimento de negócios inovadores. É verificável que não é uma tarefa fácil, mas pode ser uma excelente oportunidade para ultrapassar a concorrência, garantindo o crescimento dos negócios.

[...] os inovadores concorrem contra o não-consumo – ou seja, eles oferecem um produto ou serviço a pessoas que de outra forma seriam deixadas totalmente de fora ou permaneceriam mal atendidas pelos produtos existentes. Essa é a segunda razão pela qual a base da pirâmide oferece melhores mercados para negócios crescentes [...]. Quando trazem um produto inovador para clientes que eram mal atendidos ou até mesmo ativamente explorados, estes ficam encantados por terem produtos simples com funcionalidade modesta (HART, 2006:127).

A adoção de modo mais evidente e multilateral do paradigma originado do conceito de desenvolvimento sustentável pressupõe um esforço empresarial com vistas à inserção de comportamentos éticos à sua estratégia, incluindo ao seu modelo de negócio a inovação como característica fundamental para o pleno desenvolvimento da sustentabilidade empresarial, anteriormente, compreendido como um desafio.

Faz-se necessário desenvolver estudos que busquem explorar a Sustentabilidade Empresarial e seus reflexos nas dinâmicas territoriais de desenvolvimento, em função da possível conciliação contemporânea entre desenvolvimento econômico, equidade social e preservação ambiental, tendo a Inovação enquanto condição favorável para que as empresas conquistem maior visibilidade. No que tange à sua abrangência, competitividade e sustentabilidade em mercados cada vez mais competitivos e globalizados, será analisada uma empresa líder no setor petroquímico brasileiro, tendo como questão norteadora: Como a empresa líder do setor petroquímico nacional conduz suas iniciativas relacionadas ao conceito de sustentabilidade?

Para responder ao questionamento proposto, a pesquisa tem como objetivo analisar o enquadramento conceitual das iniciativas e práticas identificadas na

Braskem, dentro dos marcos teóricos da sustentabilidade e da responsabilidade social.

Justifica-se a presente investigação em função da empresa estar entre as líderes mundiais na produção de biopolímeros. Estes são identificados como materiais poliméricos sendo classificados, em termos estruturais enquanto polissacarídeos, poliésteres ou poliamidas. Tem como matéria-prima base, para seu processo de manufatura, uma fonte de carbono renovável, constituído de um carboidrato derivado de plantios comerciais de grande escala como cana-de-açúcar, milho, batata, trigo e beterraba, óleo vegetal extraído de soja, girassol, palma ou outra planta oleaginosa (BRASKEM, 2012).

Verifica-se, então, a possível concretização da sustentabilidade empresarial, na qual apresenta processos produtivos limpos, na perspectiva da ecoeficiência, construindo uma imagem positiva, em função de mostrar-se benéfica e rentável.

Para o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável - CEBDS:

[...] produção mais limpa é a aplicação contínua de uma estratégia técnica, econômica e ambiental integrada aos processos, produtos e serviços, a fim de aumentar a eficiência no uso de matérias-primas, água e energia, pela não geração, minimização ou reciclagem de resíduos e emissões, com benefícios ambientais, de saúde ocupacional e econômicos [...].

Optou-se por levantar as iniciativas sustentáveis praticadas pela empresa em estudo, tendo por base o paradigma da sustentabilidade empresarial, em função de contribuírem para o desenvolvimento regional no ABC paulista.

A presente pesquisa torna-se relevante em função da inserção da empresa nos diferentes territórios de atuação, possibilitando a geração de economias, e considerando a necessária conciliação entre o desenvolvimento econômico e a preservação dos recursos naturais.

Faz-se necessário, ainda, realizar um estudo sobre a contribuição das iniciativas sustentáveis para o desenvolvimento regional, buscando identificar impactos das iniciativas da empresa líder no setor petroquímico nacional, na região do ABC Paulista.

Para atender aos objetivos específicos, delimitados neste trabalho, a metodologia adotada foi baseada na pesquisa descritiva e na análise documental, no apontamento de iniciativas sustentáveis. Em relação à pesquisa documental, por ser constituída de materiais que não obtiveram tratamento analítico, sendo considerados documentos empresariais para identificação e análise de iniciativas de responsabilidade socioambiental, adotados pela empresa em estudo. No que se refere à pesquisa descritiva de caráter qualitativo foi possível levantar e descrever os fatos relativos às iniciativas de responsabilidade socioambiental desenvolvidas pela empresa, com a verificação de percepções de outros stakeholders, diante das ações tratadas na pesquisa.

O capítulo seguinte apresenta o referencial teórico, que aglutina as bases teórico-metodológicas constituintes do paradigma da sustentabilidade e do desenvolvimento regional sustentável, a partir do contexto empresarial.

Em seguida, se apresentam os procedimentos metodológicos que contribuíram para guiar o desenvolvimento deste trabalho e, por fim, o levantamento e análise dos dados obtidos nesta pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa acadêmica tem ampliado seu interesse na temática da sustentabilidade, em função da ação predatória do ser humano, diante dos recursos naturais, apresentar um cenário preocupante, no que se refere às mudanças climáticas e escassez destes recursos, necessários à manutenção e sobrevivência humana no planeta, nesse sentido, o presente capítulo expõe um percurso teórico acerca das questões que norteiam a base conceitual da sustentabilidade, da responsabilidade social e do desenvolvimento regional.

A sustentabilidade relaciona-se a um processo em que torne possível a mudança no manejo dos recursos naturais pela humanidade, para que estejam disponíveis às gerações presentes e futuras. É amplamente conhecida por meio do conceito de desenvolvimento sustentável, estabelecido no ano de 1987, pelo Relatório da Comissão Brundtland enquanto um processo que visa atender as necessidades prospectadas pelo presente sem que haja o comprometimento das necessidades iminentes das gerações futuras.

Esses temas foram a base da Comissão Brundtland, batizada de Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) que apresentou através do relatório “Nosso Futuro Comum”, o mais difundido conceito de sustentabilidade.

Em termos de política internacional, o Relatório Brundtland enriquece o debate, uma vez que introduz o conceito de equidade entre grupos sociais (ricos e pobres), países (desenvolvidos e em desenvolvimento) e gerações (atuais e futuras). Tais conceitos são definidos como os princípios básicos da sustentabilidade: equidade, democracia, princípio precaucionário, integração política e planejamento. Nos últimos anos, a noção de desenvolvimento sustentado tem servido para agrupar diferentes interesses e múltiplas recomposições; assim, uma mesma denominação abriga diferentes conceitos e práticas. (CLARO, CLARO, AMÂNCIO, 2008, p. 284).

Segundo Freitas (2005, p.233), de forma tardia, o homem constatou a necessidade iminente de reagir a circunstâncias resultantes da sua exploração

dos recursos naturais. Surge então a tentativa de se estabelecer a ligação entre os múltiplos interesses relativos ao desenvolvimento e proteção do meio ambiente, “fazendo com que a utilização dos recursos naturais fosse feita com critérios, de modo a preservá-los. Isto é o que se convencionou chamar de desenvolvimento sustentável”.

A proposta se estrutura de modo organizado imersa no espectro da discussão conduzida pelo tema preservação e se sustenta enquanto solução viável para que seja possível continuar a exploração dos recursos naturais, ao encontro de maior progresso para a sociedade.

As economias globais e o acelerado crescimento da população são considerados os maiores desafios para o desenvolvimento sustentável e de responsabilidade da população, governos e organizações. A fim de vencerem esses desafios, muitos países buscam redefinir parâmetros em reuniões que dão origem a documentos e tratados de relevância, a seguir relacionados:

- ***IPCC – Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas***

Em 1988, há o lançamento do IPCC, considerado uma iniciativa da Organização Meteorológica Mundial (OMM) em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Este painel visa o fornecimento de informações mais evidentes para os responsáveis pela formulação de políticas públicas sobre as mudanças climáticas, impactos ambientais e socioeconômicos, assim como solução para a diminuição dos mesmos.

As bases de organização do Painel são estruturadas em três eixos: o primeiro visa estudar a ciência das mudanças climáticas e faz constantes revisões acerca dos estudos que tratam das variações das temperaturas; o segundo objetiva estudar os impactos projetados baseados nas conclusões do primeiro grupo; o terceiro grupo estuda medidas de mitigação e adaptação a serem adotadas, embasados nas conclusões dos grupos anteriores. Entende-se por mitigação as mudanças, de ordem quantitativa, no padrão das emissões e dos mecanismos de remoção dos gases de efeito estufa. Adaptação refere-se ao

conjunto de medidas que se destinam a reduzir os efeitos negativos das mudanças climáticas diante das coletividades.

A estrutura presente no IPCC contribuiu para uma série de trabalhos científicos produzidos e discutidos desde então. A criação do IPCC e os resultados obtidos por meio dos estudos climáticos, a partir de 1988, demonstraram o vínculo entre mudança climática e os aspectos políticos e jurídicos decorrentes (FERREIRA, 2005).

Em 2007, os cientistas chegaram à conclusão de que o fenômeno do aquecimento global é uma realidade e tem afetado todas as coletividades, que as mudanças radicais verificadas na contemporaneidade e possíveis de ocorrer no futuro, originam-se provavelmente do comportamento humano diante dos recursos naturais.

No ano de 2008 o IPCC concluiu que “o aquecimento do sistema climático é inequívoco, como está agora evidente nas observações dos aumentos das temperaturas médias globais do ar e do oceano, do derretimento generalizado da neve e do gelo e da elevação do nível global médio do mar” (MUDANÇA DO CLIMA, 2007, p. 03). Concluiu, também, que provavelmente grande parte do aumento verificado nas temperaturas globais médias, desde meados do século XX, relaciona-se à ampliação constatada nas concentrações antrópicas de gases de efeito estufa.

Diante desse cenário, o IPCC relaciona um conjunto de riscos subordinados às mudanças climáticas em condições de impactar de modo significativo a vida no planeta. Destaca-se, assim, o aumento no nível dos oceanos, tendo como resultado inundação de áreas costeiras ocupadas; o aumento de eventos climáticos externos: chuvas, ciclones, áreas suscetíveis à desertificação e perda da biodiversidade.

- **Eco92**

Conhecida também como A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Rio92 e Cúpula da Terra, onde chefes de estados se reuniram no Rio de Janeiro, em 1992, para discutirem medidas a serem

tomadas em relação à emissão de CO₂, biodiversidade, conservação das florestas tropicais e recursos financeiros para preservação do meio ambiente.

As medidas oriundas dessa conferência oficializaram a expressão “desenvolvimento sustentável”. Foi convocada para que os países identificassem a necessidade de reverter o processo de degradação do Planeta, a partir da variável ambiental. Apresentou como exigência a implementação de políticas públicas, em todos os setores, para a adoção de medidas que estejam convergentes aos interesses do desenvolvimento com preservação ambiental.

A ideia relativa ao desenvolvimento, tendo suas bases na preservação do meio ambiente, ganha maior divulgação e tem por pretensão a garantia da justiça intergeracional, em que prediz a ausência de direito de uma geração desperdiçar aquilo que recebeu e menos, ainda, agir de modo que degrade e comprometa o direito das gerações futuras, no que se refere ao acesso de manejo aos recursos ambientais.

- ***Protocolo de Kyoto***

Uma série de conferências que se iniciou em 1988, na cidade de Toronto, no Canadá e durou até 1997, em Kyoto, no Japão com a criação do documento que previa a redução da emissão de gases poluentes, que agravam o efeito estufa, e diminuir os impactos causados pelo aquecimento global. Alguns países como Estados Unidos e Rússia não aderiram ao tratado, sob a alegação de que as medidas restringiam o crescimento econômico.

Houve a fixação de metas concretas que propunham o estabelecimento de metas em que as emissões de gases poluentes fossem reduzidas a um volume, até do ano de 2012, de: 8% para os países membros da União Europeia, 7% para os Estados Unidos e 6% para o Japão, em comparação ao ano-base de 1990.

O Protocolo foi adiado para 2020, com menos participantes e novas metas de redução. Os países da União Europeia, por exemplo, se comprometeram em reduzir 20% das suas emissões. A prorrogação foi aprovada pelos 194 países

reunidos na 18ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-18), que ocorreu em Doha, no Catar.

- **Rio+20**

A Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (CNUDS) foi realizada em junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro. Objetivou discutir a renovação do compromisso com o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. Considerado o maior evento já realizado pelas Nações Unidas, foi constituído por chefes de estados de 190 nações que propuseram mudanças na forma de utilização dos recursos naturais do planeta.

As mudanças são relativas ao desenvolvimento sustentável no combate a pobreza; desenvolvimento sustentável como uma resposta as crises econômicas e financeiras; desemprego, trabalho digno e migrações; a economia do desenvolvimento sustentável, incluindo padrões sustentáveis e produção e consumo; conservação das florestas; segurança alimentar e nutricional; energia sustentável para todos; água; cidades sustentáveis e inovação; e oceanos.

2.1 CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE

É possível identificar diferentes correntes de pensamento, no que tange aos enfoques de sustentabilidade, assim como contradições e ambiguidades referentes ao chamado “desenvolvimento sustentável”. De modo geral, estes conceitos visam propor a integração entre viabilidade econômica, prudência ecológica e justiça social, em três dimensões identificadas como *Tripple Bottom Line* (ELKINGTON, 2001).

As diferentes definições, originadas dos diversos enfoques e visões expõem em sua composição contradições, às vezes, inconciliáveis, especificamente, no que tange à questão do desenvolvimento sustentável. O sentido da palavra é utilizado na perspectiva de progresso, entretanto é constatável a existência de

uma tensão entre crescimento econômico ilimitado e a finitude dos recursos naturais. Nesse cenário, há duas correntes de pensamento que apresentam enfoques diferenciados, a ecotecnocrática ou economia verde e a ecossocial (MOURA, 2002);

[...] reunindo os discursos culturalista e ecossocialista – por seus pontos de convergência – numa só perspectiva, que aqui chamamos de corrente ecossocial. Assim mesmo, o discurso liberal, por sua estreita vinculação com a tecnocracia mundial, denominamos [...] de corrente ecotecnocrática. (CAPORAL e COSTABEBER, 2000, p. 19.).

Para Caporal e Costabeber (2000, p. 211), a corrente ecotecnocrática apresenta enquanto base de sustentação o Relatório Brundtland, de 1987, pois visa analisar problemas com enfoques socioeconômicos e ecológicos de uma coletividade de modo sistêmico, “sublinhando a interligação entre economia, sociologia e política”. Esta corrente ambiciona solucionar os problemas gerados pela inter-relação crescimento, sociedade e natureza, por meio da adoção de uma espécie de otimismo ecológico e de artificialismos econômicos. Conforme postulam Caporal e Costabeber (2000), a resolução é oferecida pela adoção de mecanismos de mercados, como cobrança de taxas pelo uso de recursos naturais e investimentos astronômicos no alto potencial produtivo, como na agricultura ao incentivar a utilização de insumos e tecnologias industriais.

Nesse âmbito, a corrente ecotecnocrática é considerada do ponto de vista socioambiental como excludente, pois propõe a homogeneização dos sistemas produtivos em escala global, levando o setor produtivo a depender da indústria tecnológica e de insumos (CAPORAL e COSTABEBER, 2000).

No que se refere à corrente ecossocial, surge na década de 1970, oriunda de linhas de pensamento alternativas e nos movimentos de contracultura, no qual sua ênfase se relaciona à necessidade de levar em consideração duas dimensões: a da solidariedade diacrônica (respeito às futuras gerações) e da solidariedade sincrônica (respeito às gerações presentes). Esta corrente postula que o mercado não possui capacidade para a resolução de problemas socioambientais sem regulação, abrindo a possibilidade até da geração de “mau

desenvolvimento”, como afirma Sachs (2000). Sua ênfase está centrada na cultura como fundamental na relação do homem com a natureza e apresenta enquanto proposta o “esverdeamento” da economia. Sob este prisma, a sustentabilidade é considerada geradora de um desenvolvimento adequado às necessidades socioambientais iminentes, no presente contexto, pois respeita os diferentes modos de vida e as diferentes culturas, favorecendo a preservação da biodiversidade.

Os primeiros estudos teóricos acerca da sustentabilidade tiveram início no campo das ciências ambientais e ecológicas, em que puderam trazer à discussão diversas contribuições de diferentes disciplinas, tais como: Economia, Sociologia, Filosofia, Política e Direito. Contudo, a questão da Sustentabilidade Ambiental integra espaço de importância no âmbito acadêmico e político, sobretudo no final dos anos 60 do século XX, entretanto as duas últimas décadas presenciaram a necessidade emergente do discurso da sustentabilidade como a expressão paradigmática dominante no debate acerca do meio ambiente e desenvolvimento social sistêmico (SGARBI *et. al.*, 2008).

Silva (2009) argumenta que a origem do interesse pela sustentabilidade data a década de 1980, por meio da conscientização dos países em descobrir métodos que possibilitem a promoção do crescimento, sem que haja destruição do meio ambiente, não sacrificando o bem-estar das futuras gerações. A partir daí, o termo se tornou um cenário para atender aos anseios implícitos nas causas sociais e ambientais, principalmente no que tange ao contexto dos negócios, em que predomina a ideologia da geração do lucro para acionistas diante da proteção dos recursos naturais, possibilitando melhorias na qualidade de vida das pessoas com as quais interage.

A sustentabilidade seria originada de um movimento histórico recente que adota o papel de questionador da sociedade industrial como meio de desenvolvimento. Pode-se considerar, então, um conceito trazido da ecologia, todavia sua operacionalização necessita ser provada e praticada nas sociedades humanas (ROSA, 2007).

O termo ao qual a presente pesquisa se refere significa sustentar, em que esteja implícita a necessidade da dimensão do longo prazo. Nesse âmbito, é preciso o encontro de instrumentos de interação, nas diferentes sociedades humanas, que estejam em consonância à relação harmônica com a natureza. “Numa sociedade sustentável, o progresso é medido pela qualidade de vida (saúde, longevidade, maturidade psicológica, educação, ambiente limpo, espírito comunitário e lazer criativo) ao invés de puro consumo material” (FERREIRA, 2005, p. 36). O termo se origina de comportamento predatório, no que se refere à exploração inadequada da sua presa, no qual propõe a necessidade de prudência nesse processo, para que não haja o esgotamento do recurso explorado. Ou seja, o ser humano precisa ter conhecimento das especificidades do planeta, para usá-lo por muito tempo, na conservação da continuidade da própria espécie (SCHWEIGERT, 2007).

Sustentabilidade é considerada produto de um complicado padrão de organização que envolve cinco características fundamentais: interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade. Logo, se a sociedade humana incorporar em suas atitudes essas características poderão atingir as premissas da sustentabilidade (CAPRA, 1997).

Ao avaliar as premissas da sustentabilidade pode-se constatar que os primeiros passos para o caminho do desenvolvimento sustentável, no Brasil, se iniciam antes mesmo que qualquer discussão sobre o assunto, na primeira metade do século XX. Um grupo formado por cientistas, jornalistas e políticos reuniu-se para discutir consciência ambiental, preservação de parques e monumentos naturais. Este evento abordou apenas o meio ambiente vegetal. E contribuiu para elaboração do código florestal de 1937 (FERREIRA, 2005).

Nos anos 1950, a evolução proposta por Juscelino Kubitschek para o desenvolvimento acelerado, carro-chefe de sua campanha presidencial, com o mote “cinquenta anos em cinco”, provocou um crescimento desenfreado. Este processo deu origem à Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN). Criada no Rio de Janeiro em 1958, a FBCN foi a primeira organização

ambientalista com influências expressivas nas medidas governamentais de proteção a natureza (FERREIRA, 2005).

O Rio Grande do Sul também se destacou nas questões ambientalistas em 1960, caracterizada pela mobilização popular, teve como pioneiro ambientalista o contabilista Henrique Roessler, que escrevia sobre causas ambientais no jornal Correio do Povo e fiscalizava a caça e a pesca nos banhados gaúchos, por conta própria. No ano de 1971, surgiu a Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente, a Agapan. Com campanhas contra agressões ambientais no Rio Grande do Sul, tornou-se conhecida, respeitada e um exemplo para todo o Brasil (FERREIRA, 2005).

Não existia gestão ambiental concreta até 1970 no Brasil. As normas de proteção estavam dispersas em diferentes instrumentos legais, assim sendo esse quadro começou a mudar em 1972, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) convocou uma conferência internacional sobre o meio ambiente.

A Conferência de Estocolmo ocorreu entre os dias 4 e 16 de junho de 1972. Constituída por 112 nações, é considerada a primeira conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e a primeira grande reunião internacional organizada para colocar em discussão as consequências das atividades humanas diante do meio ambiente. Esta conferência introduziu as bases preliminares das ações ambientais, em nível internacional, visando despertar atenção internacional, no que tange a temática da degradação ambiental e a poluição sob o argumento de que para este assunto não existe limites decorrentes das fronteiras políticas, pois tal situação afeta o mundo todo.

A conferência deu fruto à Declaração de Estocolmo, que se organizou enquanto Plano de Ação na identificação de princípios de preservação e melhoria do ambiente natural, dando destaque a necessidade de auxílio financeiro e assistência técnica a comunidades e países pobres. A expressão desenvolvimento sustentável, ainda, não era utilizada, entretanto a declaração, no seu item 6, tratava de expor a necessidade iminente na defesa e melhora do ambiente

humano para as atuais e futuras gerações, sendo um objetivo a ser alcançado com a paz e o desenvolvimento econômico e social.

Além da Conferência de Estocolmo, há outros marcos científicos que contribuíram para ampliação das atenções voltadas para a sustentabilidade, no qual o resumo é exposto no quadro a seguir:

Quadro 1 - Resumo dos marcos, perspectivas histórica e cronológica.

Ano	Perspectivas
1972	Publicação do Relatório do Clube de Roma (<i>The Limits to Growth</i>) sobre riscos globais dos efeitos da poluição e do esgotamento das fontes de recursos naturais. Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, Suécia, com a participação de 113 países.
1973	Surge o conceito de Eco-desenvolvimento apresentado por Ignacy Sachs, considerado precursor do Desenvolvimento Sustentável.
1975	Elaboração do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND-1975/79) que definiu prioridades para o controle da poluição industrial.
1980	Em 1980 surge o termo “Ecologia Profunda”, que coloca o homem como componente de sistema ambiental complexo, holístico e unificado. Está vinculado a uma escola filosófica específica e, além disso, a um movimento popular global, conhecido como “Ecologia Profunda”. A escola filosófica foi fundada pelo filósofo norueguês Arne Naess.
1983	A ONU criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que desenvolveu o paradigma de desenvolvimento sustentável, cujo relatório (<i>Our Common Future</i>) propunha limitação do crescimento populacional, garantia de alimentação, preservação da biodiversidade e ecossistemas, diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias de fontes energéticas renováveis, aumento da produção industrial a base de tecnologias adaptadas

	ecologicamente, controle da urbanização e integração campo e cidades menores e a satisfação das necessidades básicas.
--	---

Ano	Perspectivas
1991	A Câmara de Comércio Internacional (CCI) aprovou "Diretrizes Ambientais para a Indústria Mundial", definindo 16 compromissos de gestão ambiental a serem assumidos pelas empresas, conferindo à indústria responsabilidades econômicas e sociais nas ações que interferem com o meio ambiente. Essas diretrizes foram acatadas no Brasil, pelo Comitê Nacional da Câmara de Comércio Internacional, criando-se a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável.
1992	Realizou-se no Rio de Janeiro a ECO-92 (a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento) na qual foram elaboradas a Carta da Terra (Declaração do Rio) e a Agenda 21, que reflete o consenso global e compromisso político objetivando o desenvolvimento e o compromisso ambiental.
1997	Discutido e negociado em Kyoto, no Japão, o Protocolo propõe um calendário pelo qual os países membros teriam obrigação de reduzir a emissão de gases do efeito estufa. Em novembro de 2009, 187 países haviam aderido ao Protocolo.
1999	John Elkington concebeu o Tripple Bottom Line (TBL) para ajudar empresas a entrelaçarem os componentes do desenvolvimento sustentável: prosperidade econômica, justiça social e proteção ao meio ambiente em suas operações.
2002	Aconteceu em Johannesburgo a conferência mundial denominada Rio + 10, onde se instituiu a iniciativa " <i>Business Action For Sustainable Development</i> ".
2006	O documentário "Uma verdade inconveniente" de Davis Guggenheim (sobre a militância política de Al Gore, a quem rendeu o Nobel da Paz em 2007) cuja mensagem principal (" <i>become carbon neutral</i> ") se coloca como um novo paradigma na ordem do desenvolvimento sustentável.

Ano	Perspectivas
2009	Realizou-se em Copenhagen, Dinamarca, a 15ª Conferência do Clima (COP 15) das Nações Unidas, evento que reuniu 25 Chefes de Estado.
2010	Em Cancun, no México, 194 países se reuniram COP-16, a 16ª Convenção Quadro sobre Mudança do Clima, para debater medidas de combate às alterações climáticas. Foi reafirmado na COP-16 o limite de 2º C no aumento da temperatura global até o fim do século. Porém, não foram determinadas ações concretas para o alcance dessa meta.
2011	Em Durban, África do Sul, 194 países se reuniram na COP 17. Após tensas negociações, se chegou à "Plataforma de Durban". No documento de duas páginas, pela primeira vez, todos os países prometem cortar emissões. Um plano guiará os países em negociações até 2015 para que cheguem a um acordo legal de cortes. Porém, ele só começará a vigorar em 2020.
2012	Realizou-se a 18ª Conferência do Clima (COP 18), em Doha, no Qatar, com representantes de 193 países, para verificar quem financiaria tanto as ações de redução de gases estufa quanto as voltadas para a adaptação às alterações climáticas, em especial para países mais pobres. Realizou-se também a Rio+20, na cidade do Rio de Janeiro, uma Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, com a participação de líderes dos 193 países da ONU. A finalidade principal da Rio+20 foi renovar e reafirmar a participação dos líderes dos países com relação ao desenvolvimento sustentável no planeta. Foi uma segunda etapa da Cúpula da Terra (ECO-92) que ocorreu há 20 anos na mesma cidade.

Fonte: Elaborado a partir de (OLIVEIRA FILHO, 2004; ZOZZOLI, 2008; PAULA, 2008; KATO, 2008).

Retomando o documento “Nosso Futuro Comum” (Relatório Brundtland), desenvolvido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1991, verifica-se o desenvolvimento sustentável compreendido como aquele que

visa atender as necessidades das gerações presentes sem geração de prejuízos para as gerações futuras, no que tange ao uso de recursos naturais disponíveis.

Nesse âmbito, o desenvolvimento sustentável, para Philippi (2001), apresenta dois pontos chave: o conceito das necessidades entende que a necessidade dos pobres deva receber maior prioridade e a revisão da noção de limites existentes entre a tecnologia e a organização social imposta ao meio ambiente, pois reduz as possibilidades de atendimento adequado às necessidades presentes e futuras:

Satisfazer as necessidades e as aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento. Nos países em desenvolvimento, as necessidades básicas de grande número de pessoas – alimento, roupas, habitação, emprego – não estão sendo atendidas. Além dessas necessidades básicas, as pessoas também aspiram legitimamente a uma melhor qualidade de vida. Para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham atendido as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor (PHILIPPI, 2001, p. 304).

Molina (2006) enfatiza o desenvolvimento sustentável como resultado de esforço para redefinir o próprio conceito de desenvolvimento; a autora reitera que nessa perspectiva, o uso dos recursos, a direção dos investimentos, o desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais devem observar as necessidades humanas no presente e no futuro, considerando-se a conservação da natureza e o crescimento econômico como processos indissociáveis.

As ações empresariais, nesse contexto, começam a ser questionadas em função da exclusiva busca pelo aumento de lucros, levando às empresas a novas maneiras de pensar e agir.

Almeida (2001, p. 53) argumenta:

[...] Acostumado a dividir o universo em compartimentos estanques para poder entendê-lo – fruto de uma visão cartesiana, mecanicista, reducionista, forjada em trezentos anos de Revolução Científica e Industrial –, nos últimos anos do século XX o homem viu-se às voltas com a constatação de que a natureza não se deixa apreender completamente pelas ferramentas tradicionais de análise [...]. Para ser compreendida, pede um novo olhar: orgânico, holístico, integrador [...].

É indispensável a busca por novos métodos que colaborem não apenas para os negócios, mas também para a construção de uma sociedade sustentável. Verifica-se, assim, que os investimentos em sustentabilidade empresarial são além de uma postura ética e altruísta, um modo de, indiretamente, contribuir para a perenidade dos negócios, em que terá como resultado final provimentos de benefícios à própria atividade empresarial.

Pode-se depreender que uma sociedade é sustentável “ao atender, simultaneamente, aos critérios de relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica, os três pilares do desenvolvimento sustentável” (SACHS, 2002, p. 35). Para tanto, é dentro desse contexto que as organizações empresariais devem incorporar em suas ações políticas e práticas de sustentabilidade empresarial, com vistas a integrar, estrategicamente, aos negócios as dimensões – econômica, ambiental e social – do desenvolvimento sustentável.

A importância da reorganização de ações voltadas à sustentabilidade empresarial tem maior visibilidade a partir da década de 90 com a formação de várias entidades voltadas para o tema. No ano de 1992, houve a criação do WBCSD – *World Business Council for Sustainable Development*, em seguida, em 1997, fundou-se o CEBDS – Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável e no ano de 1998, houve a fundação do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

Nesse sentido, a sustentabilidade deve compor um conjunto de ações estratégicas da empresa de modo que utilizem os recursos naturais existentes para a satisfação das necessidades presentes sem que se comprometa a satisfação das necessidades das gerações futuras, não sendo apenas parte das políticas governamentais, mas integrando tal conceito em sua cultura, com transparência de suas ações e criação de valor em seus *stakeholders*.

A definição tradicional de desenvolvimento sustentável sugere que as organizações devam atender a necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em atender a suas próprias necessidades. Para tanto, as organizações que adotam as práticas de sustentabilidade devem amparar-se, simultaneamente,

em três pilares: em um pilar ambiental; em um econômico; em um pilar social (PEDROSO, 2007, p. 26; vide figura 1).

Figura 1: Conceito de Responsabilidade Corporativa

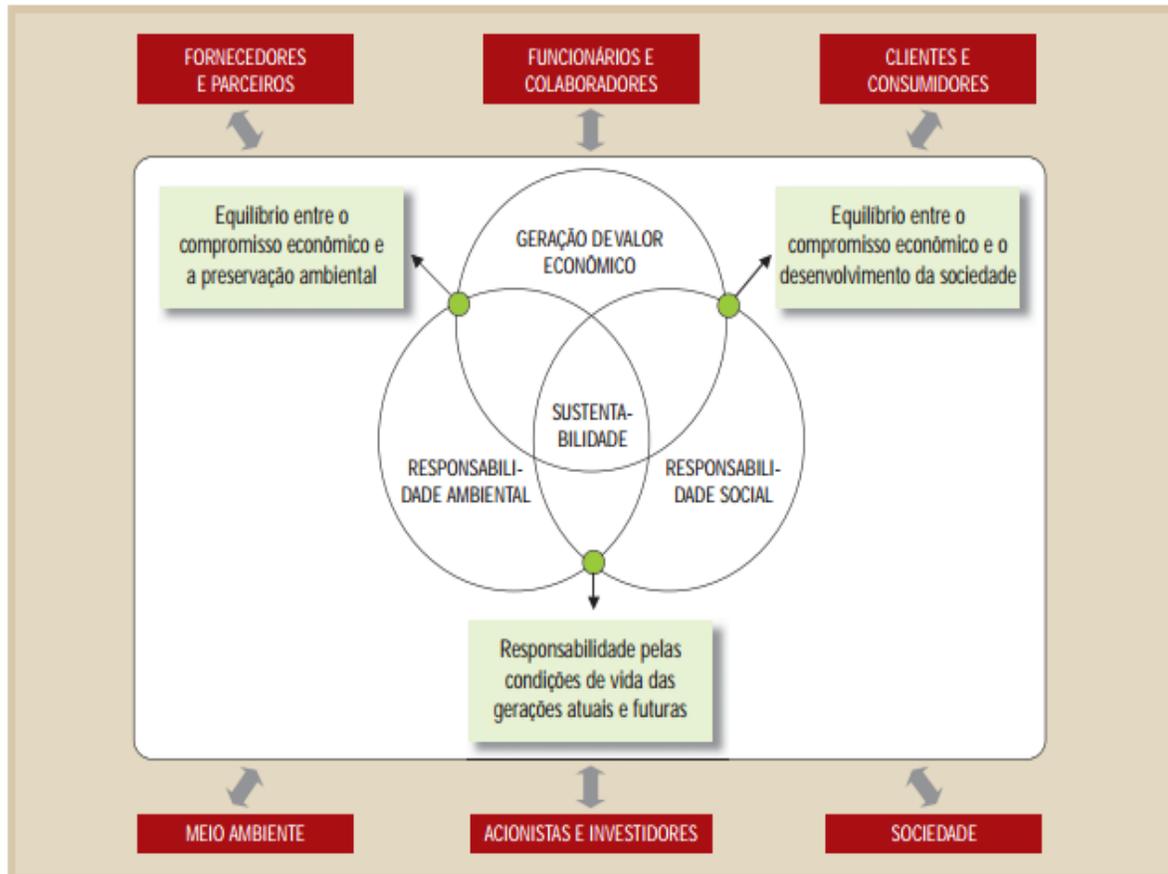


Figura 1: Conceito de sustentabilidade corporativa

Fonte: Pedroso (2007, p. 27).

Baseado nesse aspecto, sobre desenvolvimento sustentável, há relação do conceito a uma demanda de necessidades do presente que não comprometerão o futuro, onde o equilíbrio e compromisso entre as responsabilidades ambientais, econômicas e sociais, bem como os *stakeholders* devem estar envolvidos em planejamentos e ações para um mundo futuro menos descuidado. Assim sendo, ao usar racionalmente os recursos atuais, pode-se continuar a tê-los no futuro.

Pois,

A maioria dos estudos afirma que sustentabilidade é composta de três dimensões que se relacionam: econômica, ambiental e social. Essas dimensões são também conhecidas como *triple bottom line*. A dimensão econômica inclui não só a economia formal, mas também as atividades informais que proveem serviços para os indivíduos e grupos e aumentam, assim, a renda monetária e o padrão de vida dos indivíduos. A dimensão ambiental ou ecológica estimula empresas a considerarem o impacto de suas atividades sobre o meio ambiente, na forma de utilização dos recursos naturais e contribui para a integração da administração ambiental na rotina de trabalho. A dimensão social consiste no aspecto social relacionado às qualidades dos seres humanos, como suas habilidades, dedicação e experiências, abrangendo tanto o ambiente interno da empresa quanto o externo (CLARO, CLARO, AMANCIO, 2008, p. 34).

Esta visão ampliada da sustentabilidade indica a abrangência do termo, demonstrando que é perfeitamente possível melhorar a qualidade de vida no presente e preservar a natureza para o futuro. Tecnologia e inovação podem contribuir para o desenvolvimento sustentável, concentrando esforços na modernização da produção e utilizando os recursos naturais de forma inteligente para que eles se mantenham no futuro.

[...] Cabe às empresas, de qualquer porte, mobilizar sua capacidade de empreender e de criar para descobrir novas formas de produzir bens e serviços que gerem mais qualidade de vida para mais gente, com menos quantidade de recursos naturais. [...] A inovação, no caso, não é apenas tecnológica, mas também econômica, social, institucional e política (ALMEIDA, 2001, p. 82).

Entende-se, portanto, que os objetivos de quaisquer organizações empresariais relacionam-se à obtenção do maior retorno possível diante do capital investido. Para que ocorra, as empresas fazem uso das ferramentas disponíveis que as mantenham sempre à frente de seus concorrentes na obtenção de maiores margens e fatias do mercado. Entretanto, a partir das mudanças no contexto global, além dos fatores econômicos e estruturais, outros passam a integrar o conjunto de responsabilidade das empresas, sendo identificados como o meio ambiente natural e as questões sociais.

Para que as empresas possam colaborar para a sustentabilidade é necessário mudar a organização dos seus processos produtivos, mediante as

necessidades emergentes, para que se transformem em organizações ecologicamente sustentáveis. É preciso realizar a construção de sistemas de produção que não provoquem impactos negativos e contribuam para a recuperação de áreas degradadas ou ofereçam produtos e serviços que colaborem para a melhoria do desempenho ambiental dos consumidores e clientes de uma indústria (CORAL, 2002). Deve-se, nesse cenário, levar em conta o que prediz o tripé da Sustentabilidade Empresarial, descrito na figura 2:

Figura 2 – Tripé da Sustentabilidade Empresarial e suas Ações em Cada Área



Fonte: Leo (2013, p. 68).

Verifica-se, assim, que a transformação faz parte da natureza humana desde tempos imemoriais, pois o ser humano usa suas habilidades e conhecimentos para melhorar a qualidade de vida. Embora não seja objetivo desse trabalho discutir o conceito de desenvolvimento puro, é importante completar, nesse sentido, o desafio está em preservar os recursos naturais e prevenir catástrofes originadas do crescimento urbano, garantindo o desenvolvimento sustentável. Com a expansão demográfica e industrial, a sustentabilidade passou a ter importância mais imediata.

A visão ampliada da sustentabilidade enfatiza a correlação entre sociedade e empresa e que estabeleceu cinco dimensões interdependentes que resultam das ações das empresas.

1ª Econômica - Considera que a organização precisa ser financeiramente viável.

2ª Social - A organização deve ser individualmente e coletivamente justa.

3ª Ambiental - Ser ecologicamente correta, desde suas instalações e processos, até o produto entregue ao consumidor, atentando também para a orientação ao cliente sobre o descarte ao final do uso do produto.

4ª Cultural - Incentivar a mudança de velhos hábitos, transformando o comportamento para uma atitude mais consciente em relação à preservação da vida em seu sentido mais amplo.

5ª Espacial - A organização deve ser equilibradamente transformadora, influenciando positivamente a comunidade de entorno e a sociedade (SACHS, 1993).

Pode-se constatar que uma empresa se caracteriza enquanto sustentável se constituir-se como economicamente viável, e produzir suas ações sem agredir o meio ambiente, colaborando para o desenvolvimento regional (local e nacional) embasada no conceito do *Tripple Bottom Line*, logo a eficiência econômica, o respeito aos recursos naturais e a equidade social são considerados os três aspectos que devem receber tratamento simultâneo em diversos projetos de desenvolvimento sustentável (SCHARF, 2004).

Para Frey e Frey (2006), a sustentabilidade empresarial pode ser vista como um processo que busca o equilíbrio entre as dimensões econômica, ambiental e social na tomada de decisão; para os referidos autores, as empresas que pautam sua atuação pelo conceito de sustentabilidade tendem a aperfeiçoar processos e obter vantagens competitivas.

O desenvolvimento sustentável será guiado pelas empresas, por intermédio dos mercados, ou seja, o desafio base para a primeira metade do século XXI consiste em organizar mercados resistentes tendo por parâmetro o

desenvolvimento sustentável (ELKINGTON, 2001). Verifica-se, ainda, que as indústrias e empresas não se constituem isoladas, sem que haja incentivos por parte dos mercados, governos e dos consumidores, em geral, para proporcionarem ações permanentemente sustentáveis.

2.2 SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Sen (2003) argumenta que o desenvolvimento não se restringe apenas ao aumento de indicadores, como o PIB (Produto Interno Bruto) ou qualquer outro índice indicativo de renda nacional, a partir da industrialização ou mesmo com aspectos tecnológicos, mas relacionado ao aumento da liberdade das pessoas e do acesso a uma qualidade de vida melhor.

O autor explicita que o desenvolvimento deve ter implícita a exclusão dos seguintes obstáculos, considerados nascentes de falta de liberdade:

[...] a pobreza e a tirania, a escassez de oportunidades econômicas e as privações sociais sistemáticas, o abandono em que podem ser encontrados os serviços públicos e a intolerância ou o excesso de intervenção de Estados que sejam repressivos [...] (SEN, 2003, p. 40).

A partir da década de 1990 tem-se observado um conjunto de experiências relacionadas ao desenvolvimento local ou regional, fruto de descentralização do poder concentrado nas mãos do Estado (nação), tais experiências provocam grande interesse dos pesquisadores, reorientado as discussões acerca das bases conceituais de desenvolvimento, especificamente, no que tange à atuação dos agentes econômicos locais e a sua capacidade de organização (JACOBI, 1999; FISCHER, 2002; TAPIA, 2005).

A presente abordagem investiga os conceitos relacionados ao desenvolvimento, levando em consideração os aspectos econômicos, as questões sociais, ambientais, culturais, pois no contexto contemporâneo são circunstâncias consideradas indissociáveis (SACHS, 2002; PEREIRA, 2002). Assim, é necessário estabelecer, por intermédio da revisão da literatura vigente o conceito de

Desenvolvimento Sustentável Ambiental, tendo em vistas os objetivos delimitados por esta pesquisa.

Diante desse cenário, Llorens (2001) e Dowbor (2009) dissertam que a conjugação das dimensões econômicas, sociais e ambientais é produto da vertente que argumenta que políticas relacionadas às dimensões citadas, anteriormente, não podem ser consideradas de modo isolado, em função de serem integrantes de uma política mais abrangente de desenvolvimento e necessitam ser compreendidas enquanto investimentos estratégicos para que se detenha maior efetividade.

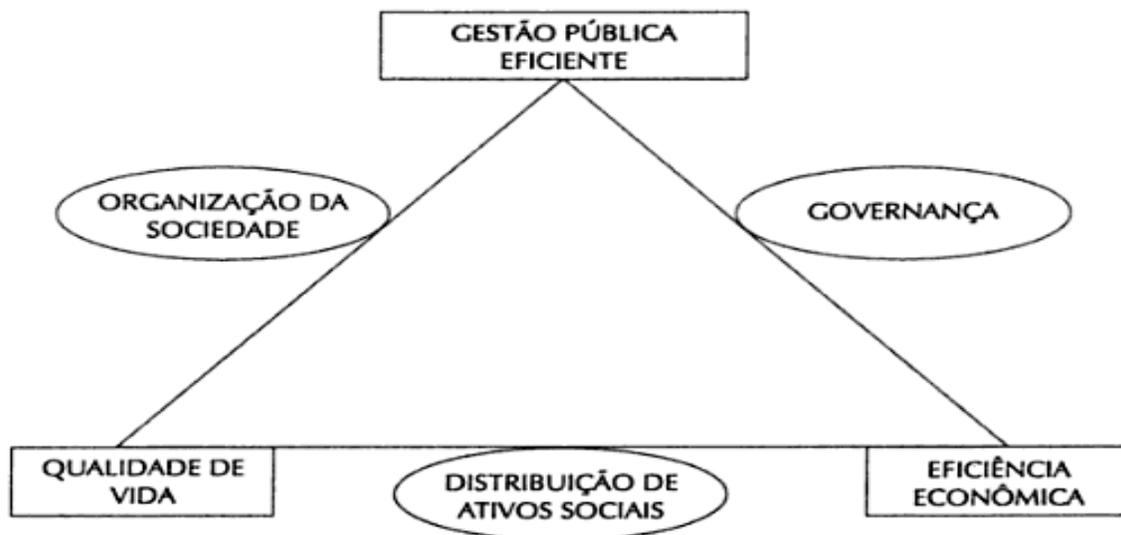
Por intermédio desta visão, o desenvolvimento local ou regional é considerado sustentável, no momento em que são levadas em consideração algumas características como a mobilização e exploração das potencialidades locais, na proposição do aumento das oportunidades sociais, colaborando para a viabilidade e competitividade da economia local/regional, tendo como pressuposto a conservação do meio ambiente local (JUNQUEIRA, 2000 e BUARQUE, 2006).

Assim,

[...] A multiplicação dos vínculos sociais locais – muito melhor quanto maior sua densidade – pode construir efeitos de escala territorial. Sem o estabelecimento de alianças estratégicas entre os distintos atores e organizações públicas e privadas torna-se muito difícil trabalhar a complexidade do quadro social atual (ROCHA e BURZSTYN, 2005, p. 4).

Nesse sentido, o desenvolvimento regional sustentável implica a existência da qualidade de vida da população, a eficiência da economia e uma gestão pública eficaz (BUARQUE, 2006), conforme mostra a Figura 3. Para o autor, existem três pilares que orientam o desenvolvimento regional, caracterizados como a governança, a sociedade e a distribuição dos ativos sociais. Nesse cenário, estão implícitas ao desenvolvimento regional sustentável, a governança assumindo o papel regulador, no que se refere à gestão pública e à eficiência econômica, proporcionalmente, desde que os investimentos sejam de maior qualidade e melhor aplicados.

Figura 3: Pilares e Premissas do Desenvolvimento Regional Sustentável



Fonte: Buarque (2006, p. 110).

Para a organização da sociedade, é necessário ênfase na mobilização, cooperação e articulação dos diferentes sujeitos locais como meio de alcance de indicadores de qualidade de vida melhores, por intermédio do exame constante pela eficiência da gestão pública.

Em relação à distribuição dos ativos sociais, seu vínculo deve ser constituído, principalmente, em relação ao ativo conhecimento, atingido pela escolarização e aumento da capacidade tecnológica. Assim, seu maior dilema consiste na integração das questões sociais, ambientais e econômicas (BUARQUE, 2006).

O desenvolvimento local [regional] sustentável é o processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e espaço, o crescimento e a eficiência econômicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações (BUARQUE, 2006, p. 67).

É possível constatar que uma estratégia empresarial deva possuir enquanto pressuposto, para o alcance do desenvolvimento regional sustentável os seguintes

elementos: aumento da qualidade de vida convergente à equidade social, a eficiência e o crescimento econômico, na perspectiva da conservação ambiental.

Logo, as consequências das transformações geradas pelo homem e sua intensa busca pela sobrevivência, determinou paradigmas que originou o conceito de desenvolvimento sustentável e que devem ser conduzidos de forma pontual e abrangente, nas empresas, tendo em consideração o meio ambiente, a economia e a sociedade.

O processo de mudança do antigo paradigma para o novo – o da sustentabilidade - está em andamento e envolve literalmente todas as áreas do pensamento e da ação do homem. No meio ambiente, encontra campo especialmente fértil, justamente porque a dimensão ambiental perpassa todas as atividades humanas. Os desequilíbrios socioambientais são o resultado do velho paradigma cartesiano e mecanicista, com sua visão fragmentada do mundo – o universo visto como um conjunto de partes isoladas, funcionando como um mecanismo de relógio, exato e previsível. As transformações cada vez mais rápidas causadas pela tecnologia induzem à instabilidade econômica, ambiental e social, por um lado, e à perda da diversidade natural e cultural por outro. (ALMEIDA, 2002, p. 27)

O Quadro 2 sintetiza as principais características dos paradigmas em contraste. Vale notar que as grandes dificuldades que as organizações enfrentam no processo de mudança para alcançar o novo modelo de sustentabilidade estão relacionadas ao paradigma precedente. O problema está em se tornar sustentável sem afetar outras medidas economicamente mais viáveis e capitalistas, como se pode observar na obra de Almeida, que condiz com a realidade atual, este processo abrange mudanças do paradigma cartesiano para o da sustentabilidade.

Quadro 2 - Paradigma cartesiano versus paradigma da sustentabilidade

Paradigma cartesiano	Paradigma da sustentabilidade
Reducionista, mecanicista, tecnocêntrico.	Orgânico, holístico, participativo.
Fatos e valores não relacionados.	Fatos e valores fortemente relacionados.
Preceitos éticos desconectados das práticas cotidianas.	Ética integrada ao cotidiano.
Separação entre o objetivo e o subjetivo.	Interação entre o objetivo e o subjetivo.
Seres humanos e ecossistemas separados, em uma relação de dominação.	Seres humanos inseparáveis dos ecossistemas, em uma relação de sinergia.
Conhecimento compartimentado e empírico.	Conhecimento indivisível, empírico e intuitivo.
Relação linear de causa e efeito	Relação não-linear de causa e efeito
Natureza entendida como descontínua, o todo formado pela soma das partes.	Natureza entendida como um conjunto de sistemas inter-relacionados, o todo maior que a soma das partes.
Bem-estar avaliado por relação de poder (dinheiro, influência, recursos).	Bem-estar avaliado pela qualidade das interações entre os sistemas ambientais e sociais.
Ênfase na quantidade (renda per capita).	Ênfase na qualidade (qualidade de vida).
Análise.	Síntese.
Centralização de poder.	Descentralização de poder.
Especialização.	Transdisciplinaridade.
Ênfase na competição.	Ênfase na cooperação.
Pouco ou nenhum limite tecnológico.	Limite tecnológico definido pela sustentabilidade.

Fonte: Almeida (2002, p. 35).

Para o controle da sustentabilidade é crucial entender a importância do tempo, pois o impacto acarretado ao meio ambiente e a sociedade está cada vez

mais acelerado por conta dos avanços tecnológicos. Atualmente, é muito mais rápido causar danos físicos como desmatamentos e poluição do que no século passado. O meio ambiente uma vez degradado apresenta dificuldades nos seus processos de recuperação e, na maioria das vezes, economicamente inviável quando ambientalmente possível.

Outro fator importante a ser considerado é o espaço, pois ações locais e restritas quando são seguidas e disseminadas podem causar um impacto global positivo ou negativo.

As empresas devem se questionar sobre o que fazer para alcançar a sustentabilidade e garantir resultados positivos em longo prazo, mesmo não havendo uma fórmula exata para sua plena eficácia, mas há muitas medidas e regras válidas e em construção a serem seguidas.

Apesar da existência de diversas dificuldades que atrapalham e inviabilizam as empresas de se tornarem sustentáveis, existem também diversas ferramentas internacionais que facilitam este processo e ajudam na implementação de novas práticas mais sustentáveis.

Dentre essas ferramentas pode-se citar o Modelo do Cubo de Inovação Sustentável (CIS), pois devido às diversas dimensões envolvidas em torno da sustentabilidade é indispensável uma abordagem que oriente o desempenho das organizações. Nesse âmbito, o modelo CIS tem por objetivo expor as diretrizes às empresas para que os métodos usados na avaliação e no reporte das atividades relacionadas à sustentabilidade sejam os mais adequados.

Logo, o CIS é um macromodelo, pelo qual modelos complementares buscam auxiliar as organizações a atingirem seus objetivos (HANSEN; GROSSE-DUNKER; REICHWALD, 2009). Auxilia, ainda, a empresa a encontrar a melhor prática sustentável de acordo com suas necessidades; a construção da Cidadania Corporativa como a avaliação de estágio sustentável em que as empresas se encontram, na apresentação de uma escala de definição da corporação como iniciadora do aspecto sustentável ou inovador no que refere aos fatores sustentáveis; o *Tripple Bottom Line* (Tripé da Sustentabilidade) que estabelece a sustentabilidade dividida em três partes: social (socialmente justo), econômico

(ecologicamente viável) e ambiental (ecologicamente correto) onde devem ser avaliados os impactos de cada ação dentro de cada parte do tripé; os conceitos dos três R (reduzir, reciclar e reaproveitar) que conscientiza através de um conceito breve que pequenas ações podem fazer a diferença e a ISO (*International Organization for Standardization*) série 14.000, conjunto de normas e procedimentos que certifica a empresa que deseja se tornar sustentável com melhores práticas em defesa da sustentabilidade nas organizações.

O CIS está diretamente ligado ao TBL (*Tripple Bottom Line*), pois se refere aos processos utilizados pelas empresas nas suas produções. Apresenta enquanto objetivo orientar as empresas à escolha dos métodos mais adequados para que seja possível avaliar a sustentabilidade. Tem como ponto de partida o TBL, no qual reconhece a importância de se avaliar e diferenciar os efeitos econômicos, sociais e ambientais. A segunda etapa é a realização de análise das fases do ciclo de vida dos produtos, com vistas a analisar o tipo de inovação em posto em prática, ao transpassar do nível tecnológico aos contingentes de serviço mais altos (HANSEN; GROSSE-DUNKER; REICHWALD, 2009).

No que tange à primeira etapa, o enfoque deve ser organizado a partir da consideração de que o capital ecológico é afetado pelo nível de consumo dos recursos naturais renováveis e não renováveis e suas influências no ecossistema. Dessa forma, a gestão da qualidade amplia o critério ambiental na especificação do produto, pois sua focalização centra-se na produção de produtos ecologicamente adequados e tecnologias limpas (HANSEN; GROSSE-DUNKER; REICHWALD, 2009).

Para melhor entendimento, as empresas que se preocupam com os fatores sociais, econômicos e ambientais devem designar medidas inovadoras no que se refere à criação, uso e “vida” final de seus produtos, isso para que não haja impactos negativos ao meio ambiente. Pois, conforme afirmam Hansen, Grosse-Dunker e Reichwald (2009), a fase final da vida de um produto, normalmente, afeta aspectos ambientais e econômicos. Nesse sentido, no paradigma da sustentabilidade empresarial, os produtos devem ser inteligentes, ou seja, facilmente reciclados, reutilizados e remanufaturados. No momento em que essa

circunstância não se torna possível, o descarte dos produtos deve ser adequado às necessidades ambientais iminentes. A Figura 4 apresenta de modo esquemático, aspectos críticos para o tripé da sustentabilidade empresarial.

Figura 4 – Tripé da Sustentabilidade Empresarial



Fonte: José (2013, p. 78)

Alguns indicadores e diretrizes como os indicadores do instituto Ethos¹, os relatórios de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* (GRI)² e ecoeficiência vem sendo elaborados para auxiliarem as organizações a visualizarem seus resultados.

Para Elkington (2001), criador do termo, TBL é uma abordagem complexa e com poucas variáveis. Baseado nessa conclusão do autor, conseqüentemente, fica a critério de cada organização medir os impactos referentes a suas atividades. Assim, “toda empresa deveria operar com vistas a garantir o desempenho econômico no longo prazo – evitando, para tanto, um comportamento no curto

¹ O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social tem a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável. Os indicadores adotados pelo Ethos são descritos e discutidos em tópico posterior.

² A GRI, uma Organização Não governamental composta por uma rede *multistakeholders*, foi fundada em 1997 pela CERES e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP).

prazo socialmente nocivo ou ambientalmente irresponsável” (PORTER; KRAMER, 2006, p. 4).

Em conjunção ao discurso da sustentabilidade encontra-se o de responsabilidade social, e para estabelecer suas distinções leva-se em consideração as afirmações de Marrewijk (2003), para quem a sustentabilidade está na organização dos objetivos empresariais e a responsabilidade social é considerada uma forma possível para a concretização de objetivos sustentáveis.

A sustentabilidade empresarial é resultante de um processo a partir da soma do crescimento econômico das organizações, desenvolvimento da sociedade e da preservação do meio ambiente (OLIVEIRA, 2005).

Por verificar a realidade imersa num contexto em que há o predomínio da degradação ambiental permanente e diante disso é necessário refletir sobre as ações sociais integradas aos sentidos produzidos por intermédio da educação ambiental. Nesse âmbito, a produção do conhecimento deve privilegiar as inter-relações existentes entre o ambiente natural com o social, na inserção da análise dos aspectos determinantes do processo, o papel dos diferentes atores envolvidos e as formas de organização social que ampliam o poder das ações alternativas, projetando uma nova perspectiva de desenvolvimento, permeados por uma visão que enfatize o novo perfil de desenvolvimento, no contexto da sustentabilidade socioambiental.

Ao levar em consideração o fato de que a maioria da população brasileira organiza sua vida nas cidades, constata-se o gradativo aumento da degradação das condições de vida. A partir dessa constatação é indispensável refletir sobre os desafios existentes para possibilitar transformações nos modos de pensar e agir acerca das questões ambientais, no contexto contemporâneo. Verifica-se a impossibilidade de resoluções adequadas para o aumento dos problemas ambientais complexos, na reversão de suas causas, sem que haja uma mudança radical nos sistemas que organizam a difusão do conhecimento, dos valores e dos comportamentos oriundos da racionalidade presente, fundamentada na perspectiva econômica de desenvolvimento (LEFF, 2001).

O Direito Ambiental estabelece os princípios que executam funções contribuintes para a interpretação das normas legais, de integração e harmonização do sistema jurídico e de aplicação ao caso concreto.

Necessita-se, levar em consideração que a afirmação dos Direitos Ambientais executou papel expressivo ao reconhecer essa vertente do direito, enquanto ramo da ciência jurídica. Assim, Benjamin (1993) indica as quatro funções mais importantes dos princípios do Direito Ambiental, no que se refere ao seu entendimento e aplicação:

- a) os princípios autorizam a compreensão da autonomia do Direito Ambiental, diante das outras vertentes do Direito;
- b) os princípios que ajudam na compreensão e na identificação da unidade e da coerência presente em todas as normas jurídicas que constituem o sistema legislativo ambiental;
- c) dos princípios se retiram as diretrizes que embasam a permissão da compreensão, a maneira pela qual a proteção do meio ambiente é notada pela sociedade;
- d) os princípios se constituem enquanto os critérios de base para a adequada inteligência e interpretação de todas as normas que estruturam o sistema jurídico ambiental, condição necessária para a adequada aplicação do Direito nessa área.

Grande parte dos princípios de Direito Ambiental, construídos a partir da Declaração de Estocolmo em 1972, foram acatados explícita ou implicitamente pela Constituição Federal de 1988 e pela legislação ambiental de modo geral. Os referidos princípios se constituem de acordo com os tópicos abaixo:

I. Princípio da responsabilidade ou do poluidor-pagador

Princípio segundo o qual todo aquele que lesar o meio ambiente é obrigado a reparar o dano e a cessar a atividade lesiva.

II. Princípio da prevenção

Princípio segundo o qual a finalidade fundamental da Constituição Federal é evitar os danos ao meio ambiente, ficando em último caso a finalidade repressiva. O art. 225 assinala que a prevenção abrange o controle, a conservação e a fiscalização.

III. Princípio da educação

Cuida-se do princípio associado ao direito à informação, seja por meio de todos os níveis de ensino, dentro da sala de aula, seja através da informação difundida por meio de campanhas publicitárias, mobilização social, eventos etc., com o objetivo de conscientização coletiva.

IV. Princípio da função social da propriedade

Princípio, conforme o artigo 186 da Constituição Federal, que se relaciona ao cumprimento da função social da propriedade rural, conforme critérios e graus de exigência determinados em lei, a partir de:

- I – aproveitamento racional e adequado;
- II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III – observância das disposições que regulam as relações do trabalho;
- IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

V. Princípio do desenvolvimento sustentável

O artigo 170 inciso VI da Constituição Federal, institui a defesa do meio ambiente como princípio geral. Logo, é legítima a exploração desde que de forma equilibrada, de modo a evitar o esgotamento dos recursos.

Diante desse cenário, o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) está previsto no art. 225, § 1, IV, da CF, sua instalação, está condicionada à instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de degradação.

Por essa e outras razões, se faz necessário avaliar qual a real dimensão e extensão dos danos a serem provocados, a fim de se concluir pela responsabilidade ou não de execução da atividade.

No mais, o EIA/RIMA está sujeito a três formas de controle distintas: controle da sociedade, controle administrativo e controle judicial.

2.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A relação existente entre empresas e sociedade evolui conforme as transformações sociais e suas expectativas. Esta legitimidade decorre do reconhecimento (da sociedade) das atividades e obrigações empresariais, no estabelecimento dos limites legais para o funcionamento de uma organização empresarial. Dessa forma, a sociedade tem o direito de modificar suas expectativas, em conformidade às necessidades históricas, como instrumento a seu favor, levando às empresas a reorganização dos processos produtivos para atendimento às expectativas das coletividades com as quais dialoga.

O contexto contemporâneo induz as empresas à adoção de modelos de gestão voltados ao paradigma da sustentabilidade. A responsabilidade social empresarial desponta como uma alternativa adequada para a concretização dos objetivos previstos para o alcance da sustentabilidade empresarial. Entende-se que ser socialmente responsável é partir da premissa de que o crescimento econômico – representado pela geração de riquezas de uma nação – contribua além do que as empresas oferecem a sociedade.

Responsabilidade social empresarial relaciona-se a atuação social da empresa, perpassando por todos os níveis organizacionais (da estratégia até a operação), no qual atribui à empresa um caráter mais humano e altruísta. Ao adotar esta perspectiva, a organização busca contribuir para a apresentação de benefícios sociais dentro de uma coletividade (ALESSIO, 2008).

Para a concretização da responsabilidade social empresarial é necessária a adoção de um posicionamento estratégico com *stakeholders*, no qual se leve em

consideração, em todo o negócio, os interesses e as necessidades de todos os públicos afetados pelo desenvolvimento das atividades empresariais. Isto posto, exige-se das empresas a construção de uma consciência voltada para além das questões econômicas, logo é preciso romper paradigmas.

A teoria acerca do tema Responsabilidade Social emerge na década de 1950, tendo como um dos seus precursores Bowen (1957). O pesquisador tem suas bases centradas na ideia de que os negócios concentram o poder e que as ações empresariais interferem significativamente na vida dos cidadãos, em diferentes perspectivas, logo iniciou seus questionamentos sobre quais seriam as responsabilidades, junto à sociedade, dos “homens de negócios”. Assim sendo, defendeu a ideia de que as organizações precisam compreender de modo sistêmico seus impactos diante da sociedade e que o desempenho ético e social deva ser resultado de avaliações de auditorias e consequentemente incorporados à gestão.

Na década de 1960, trabalhos de autores como Davis (1967) e McGuire (1963) são publicados e ampliam-se as discussões acerca do conceito de responsabilidade social. Neste período, há o predomínio da visão de que a responsabilidade das organizações empresariais ultrapassa a maximização dos lucros, na qual são incorporados a necessidade de uma postura pública diante dos recursos econômicos e humanos pertencentes à sociedade e o desejo de ver estes recursos aplicados em finalidades sociais mais amplas, não apenas em atendimento aos interesses privados dos indivíduos.

Nos anos de 1970, a Responsabilidade Social das empresas integra o debate público acerca dos problemas sociais relativos à pobreza, desemprego, diversidade, desenvolvimento, crescimento econômico, distribuição de renda, poluição, entre outros. Por conseguinte, houve a mudança no contrato social existente entre os negócios e a sociedade, tendo com resultado o envolvimento das organizações com os movimentos ambientais, preocupação com a segurança do trabalho e regulamentação governamental.

Conforme Carroll (1979), a alteração no contrato social (sociedade & negócios) constava no relatório *Social Responsibilities of Business Corporation*

Report formulado pelo *Comitee for Economic Development*, instituição constituída por administradores de empresas e educação, como segue:

Os negócios estão sendo chamados para assumir responsabilidades amplas para a sociedade como nunca antes e para servir a ampla variação de valores humanos (qualidade de vida além de quantidade de produtos e serviços). Os negócios existem para servir a sociedade; seu futuro dependerá da qualidade da gestão em responder as mudanças de expectativas do público (CARROLL, 1979, p. 282).

Em 1979, há a estratificação de um significado mais abrangente da responsabilidade social, pois Carroll (1979) apresenta um modelo conceitual, no qual insere uma variedade de responsabilidades das empresas diante da sociedade, em função de apresentar esclarecimentos acerca dos componentes de responsabilidade social empresarial que estão além da geração de lucros e estão subordinados à lei. O modelo abarca quatro tipos básicos de expectativas que refletem a dimensão da responsabilidade social - econômica, legal, ética e discriminatória, conforme descrito no Quadro 3:

Quadro 3 – Categorias da Responsabilidade Social

Responsabilidade Econômica	Responsabilidade Legal	Responsabilidade Ética	Responsabilidades Discriminatórias
----------------------------	------------------------	------------------------	------------------------------------

Fonte: Carroll (1979, p. 121).

No Quadro 3, o autor sugere que o tamanho dos espaços são direcionados a cada tipo de responsabilidade representa e seu nível de importância na empresa e explicita o significado de cada item:

- Responsabilidade Econômica: as organizações possuem responsabilidades de natureza econômica, pois produzem bens e serviços a partir das necessidades da sociedade, vendendo-os para a obtenção do lucro, sendo considerada a base de funcionamento sistema capitalista. Nesse sentido, no âmbito da responsabilidade

econômica, as expectativas da sociedade diante dos negócios são relativas à geração de lucros.

- Responsabilidade Legal: as expectativas da sociedade se referem ao cumprimento da missão econômica das empresas em que ajam com respeito ao que prescreve o sistema legal, pois a obediência às leis é uma condição para a existência de quaisquer negócios. Espera-se, ainda, que os negócios disponibilizem seus produtos em conformidade às regulamentações ambientais estabelecidas pelo governo.

- Responsabilidade Ética: a sociedade acredita que as empresas devam apresentar um comportamento baseado na ética, no que tange aos negócios, e que sua atuação vá além dos requisitos legais.

- Responsabilidades Discriminatórias: são relativas às ações realizadas pelas empresas e tem enquanto representação os papéis voluntários que assumem, onde aquela parcela da sociedade não apresenta expectativa clara sobre suas necessidades. Essas expectativas são geridas pelas normas sociais e ficam por conta do juízo de valores dos gestores e da corporação. São direcionadas pelo desejo das organizações em engajar-se em papéis sociais que não são legalmente obrigatórios e que têm se tornado cada vez mais estratégicos.

Nos anos 1980, houve o surgimento de novas definições e mais pesquisas para que fosse possível a mensuração e administração da responsabilidade social. Nesse sentido, é importante destacar o aparecimento de temas complementares, em que na visão de Carroll (1979) serviram de estímulo para o processo de institucionalização da responsabilidade social. Assim sendo, no que se refere aos temas complementares mais importantes, tem-se: Desempenho Social Corporativo (CSP), política pública, ética nos negócios e teoria dos *stakeholders*.

Outros eventos amplificaram as discussões acerca da responsabilidade das empresas para um campo mais complexo. Nos anos de 1990, marcados pela ascensão de mudanças tecnológicas, abertura comercial e conseqüente abandono do modelo do Estado, pois com a imagem do capital volátil,

especificamente, legitimado pela presença das multinacionais em países em desenvolvimento e pela ocorrência de uma imposição estrutural ao adotar um modelo de integração competitivo, no mercado mundial. Para Srour (2000), tais eventos representaram um dos maiores desafios no campo gerencial da Administração e que também colaborou para a cristalização do conceito de responsabilidade social corporativa.

Acrescenta-se a essas transformações, o fato de que as expectativas da sociedade civil aumentam no que se refere à atuação das empresas, concomitantemente, a confiança nessas instituições reduzia. Dessa maneira, a solução para a situação instalada era iniciar a atuação “após um período de negação de sua responsabilidade perante a sociedade”, em projetos voltados a ações sociais, mesmo após o julgamento social negativo do desenvolvimento de suas atividades (GRIESSE, 2003, p. 35).

Contemporaneamente, ao apresentar discussões acerca das possíveis convergências e incompatibilidades, com vistas à estruturação de um paradigma para a responsabilidade social, é possível constatar a confirmação de uma tendência que se constituía nas décadas anteriores, que objetiva integrar os construtos fundamentais e os complementares. A complementaridade se dá na interlocução entre ética empresarial, cidadania corporativa, gestão de *stakeholders* e sustentabilidade (CARROLL, 1979).

Nesse contexto, responsabilidade social pode ser definida como o compromisso que uma empresa deve ter junto à sociedade, explicitado por intermédio de ações que a afetem de modo positivo, agindo pró-ativamente e de modo coerente, no que se refere a seu papel específico na sociedade, incluindo sua prestação de contas a ela. A organização empresarial passa a assumir obrigações de caráter moral, além do que estabelece a lei, mesmo que não estejam diretamente ligadas a suas atividades, embora possam contribuir para o desenvolvimento sustentável das coletividades (ASHLEY, 2002).

Werther e Chandler (2006) conceituam a responsabilidade social corporativa como o espectro de ações que mascaram as relações entre a empresa (ou outras organizações) e as sociedades com as quais se relacionam. Dissertam,

ainda, que a responsabilidade social corporativa insere, também, as responsabilidades inerentes a ambos os lados dessas relações.

George e Jones (2005) apresentam a sintetização da responsabilidade social como um modo em que os gestores e os colaboradores de uma empresa enxergam seu dever, logo se veem obrigados a tomar decisões que protejam, fortaleçam e promovam o bem-estar de todas as partes interessadas que integram esta complexa teia e da sociedade em geral. Assim sendo, para estes autores existem quatro abordagens fundamentais à responsabilidade social, que são:

- Abordagem obstrucionista - baixa responsabilidade social: nesta abordagem os gestores escolhem por não serem socialmente responsáveis. Ao inverso, sua atuação tem poucas preocupações éticas e fazem o possível para que seu comportamento não seja de conhecimento público.

- Abordagem defensiva – média responsabilidade social: indica que o comportamento da gestão é obediente ao que prediz a lei e nada além disso, o que pode gerar como consequência comportamentos pouco éticos.

- Abordagem acomodada – média responsabilidade social: é realizada por organizações que atuam em conformidade aos parâmetros éticos e legais, gerando conflitos com diferentes *stakeholders* conforme a necessidade exija.

- Abordagem pró-ativa – alta responsabilidade social: nesta abordagem as organizações trabalham de modo ativo a circunstância de serem socialmente responsáveis. Tomam conhecimento das necessidades que possuem os diversos *stakeholders*, utilizando os recursos da empresa para satisfazê-las.

Segundo Moir (2001), tendo por base a WBCSD (*World Business Council for Sustainable Development*) responsabilidade social é definida como o comportamento ético que a empresa tem diante da sociedade. Entende, ainda, que as ações da gestão ocorrem de forma responsável nas relações estabelecidas com seus *stakeholders* e, também, o compromisso constante das organizações em dar contribuições para o desenvolvimento econômico, sendo refletidas na

qualidade de vida de seus colaboradores e das suas famílias, como também, da comunidade local e da coletividade em geral. Na convergência dessa linha de pensamento, Grajew (1999, p.01) argumenta que ao falarmos de responsabilidade social nas empresas, discorreremos sobre a:

relação socialmente responsável da empresa em todas as suas ações, em todas as suas políticas, em todas as suas práticas, em todas as suas relações. Isso significa responsabilidade social da empresa em relação à comunidade, aos seus empregados, aos seus fornecedores, (...) ao meio ambiente, ao governo, ao poder público, aos consumidores, ao mercado, aos acionistas.

Em 2008, Dahlsrud publica um estudo que visa analisar um conjunto de 37 definições de responsabilidade social corporativa, embasadas em cinco dimensões que podem ser visualizadas adiante no Quadro 4, organizando as bases conceituais da responsabilidade social.

Dahlsrud (2008) chegou à conclusão de que das cinco dimensões, as que figuram com mais frequência em citações em pesquisas acerca do tema são:

- 88% as dimensões social e dos *stakeholders*;
- 86% a dimensão econômica;
- 80% a dimensão do voluntariado;
- 59% a dimensão ambiental.

Seus estudos contrariam a *vox populi*, ou seja o que se tem de consenso sobre responsabilidade social, visto que é frequente associar a RSE a adoção de um comportamento ambientalmente adequado (atitude verde), que figura em última posição conforme análise de Dahlsrud. Outra associação frequente relaciona-se ao comportamento filantrópico de voluntariado, entretanto este se encontra na terceira posição.

Pode-se compreender a existência de uma visão contraditória e que contribui para causar distorções da opinião pública e mídia (fomentadora das distorções) e que há um esforço por parte da comunidade acadêmica em legitimar o conceito de RSE na relação sólida e transparente junto aos seus *stakeholders*.

Segundo Dahlsrud (2008), são cinco as dimensões da Responsabilidade Social Empresarial:

- a) Dimensão ambiental: relaciona-se às preocupações voltadas à promoção das operações empresariais em respeito ao meio ambiente, na promoção de um ambiente mais limpo;
- b) Dimensão social: é estabelecida por meio da relação entre empresa e sociedade, ou seja, é o momento em que a empresa se preocupa em contribuir para a promoção de uma sociedade melhor, possibilitando a integração das preocupações sociais nas operações do negócio, levando em consideração seu impacto diante das comunidades.
- c) Dimensão econômica: está direcionada aos aspectos socioeconômicos ou financeiros, ou seja, à preservação da geração do lucro diante das operações empresariais.
- d) Dimensão *stakeholders*: focaliza-se nas relações existentes entre os *stakeholders* ou grupos de *stakeholders*, no âmbito da interação empresa-*stakeholders*, ou seja, na explicitação dos métodos utilizados pelas empresas de interação junto aos seus funcionários, clientes, fornecedores e comunidades para o alcance da sua satisfação.
- e) Dimensão do voluntariado: está centrada em ações que ultrapassam as obrigações legais das empresas junto à sociedade, em que suas bases são constituídas por valores éticos voluntariamente.

Quadro 4 - As cinco dimensões da RSE, seu escopo e expressões emblemáticas

Dimensão	Escopo	Expressões emblemáticas
Ambiental	Meio ambiente	<ul style="list-style-type: none"> - “um ambiente mais limpo”; - “hospedagem ambiental”; - “preocupações ambientais nas suas operações de negócio”.
Social	Relação entre empresas e sociedade	<ul style="list-style-type: none"> - “contribuir para uma sociedade melhor”; - “integrar preocupações sociais nas suas operações de negócio”; “considerar o pleno espectro do seu impacto nas comunidades”.
Econômica	Aspectos socioeconômicos ou financeiros, incluindo a descrição da responsabilidade social em termos de uma operação de negócio	<ul style="list-style-type: none"> - “contribuir para o desenvolvimento econômico”; - “preservar a geração de lucro”; - “operações de negócio”.
<i>Stakeholders</i>	<i>Stakeholders</i> ou grupos de <i>Stakeholders</i>	<ul style="list-style-type: none"> - “interação com os seus <i>stakeholders</i>”; - “como as organizações interagem com os seus empregados, fornecedores, clientes e comunidades”; - “lidar com os <i>stakeholders</i> da empresa”.
Voluntariado	Ações não prescritas na lei.	<ul style="list-style-type: none"> - “baseado em valores éticos”; - “para além das obrigações legais”; - “voluntariamente”.

Fonte: Adaptado de Dahlsrud (2008, p.4.).

No Brasil, as discussões acerca da responsabilidade social se iniciam a partir dos anos de 1960 com a criação da Associação dos Dirigentes Cristãos das

Empresas (ADCE). A organização era integrada por empresários cristãos e tinha como fundamento princípios doutrinários constituídos pela igreja. No ano de 1965, a associação publica um documento intitulado por “Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas”, com vistas a demonstrar as empresas que tivessem função social diante de seus colaboradores e comunidade em que estivesse inserida.

No ano de 1984, a empresa Nitrofértil, do setor químico, publicou o primeiro Balanço Social no Brasil. Ao passar dois anos houve a criação da Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES), em que propunha como objetivo a humanização das empresas e inseri-las na sociedade por meio da adoção de princípios éticos. Vale ressaltar que as tentativas primeiras no que tange à publicação de balanços sociais tem sua origem com o FIDES, que nos anos de 1980 construiu um modelo de balanço social.

Todavia, foi na década de 1990 que o tema responsabilidade social foi amplamente difundido, em função do aparecimento de algumas entidades que contribuíram para difusão e implantação do conceito nas organizações empresariais. A ação de entidades pertencentes ao Terceiro Setor designadas como ONGs ou organizações não governamentais, foi indispensável para a concretização da busca de soluções para a questão social e ambiental do Brasil. Um dos maiores representantes neste setor foi o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). O Instituto foi criado pelo sociólogo Herbert de Souza, maior defensor pela elaboração do balanço social por parte das empresas e no contexto contemporâneo é considerado um dos principais modelos de Balanço Social no Brasil.

A década de 1990 verificou um grande crescimento de iniciativas e instituições que organizavam suas preocupações em questões sociais e ambientais. Assim, no ano de 1992 aconteceu no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, designada como Eco-92. A cúpula reuniu 175 delegações tinha por objetivos propor a discussão de temas relativos ao meio ambiente e à sociedade. Assim, o resultado dos trabalhos deu-se a partir da elaboração do documento conhecido como Agenda 21, que

objetiva a difusão e a sugestão de estratégias e diretrizes para o alcance do desenvolvimento sustentável nos países. Nesse âmbito, essa nova concepção de desenvolvimento teve como pilar de sustentação a inserção de variáveis, que no passado não eram levadas em consideração pelos modelos de desenvolvimento, na integração de questões sociais e ambientais às decisões econômicas, como meio de permitir melhorias na qualidade de vida das gerações presentes e futuras.

No ano de 1997 o IBASE lançou seu modelo de balanço social em parceria com o jornal Gazeta Mercantil, oferecendo gratuitamente serviços de publicação para as empresa que gostariam de divulgar seu balanço naquele veículo de comunicação. Ainda juntamente com o jornal, o IBASE elaborou o selo de balanço social. Tinha por finalidade propor o estímulo às empresas em participar de forma voluntária de projetos sociais ao oferecer, inicialmente o selo a todas as organizações que adotassem o modelo de balanço constituído pelo Instituto.

Ainda no ano de 1997, houve a criação do Conselho Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), em que se pode constatar que este órgão fazia parte de uma rede de conselhos nacionais pertencentes ao *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD). O conselho visava facilitar o entendimento entre o setor produtivo, o governo e a sociedade civil organizada, no que tange às questões sociais, ambientais e econômicas. A meta deste órgão consiste em ampliar discussões acerca de temas relevantes para que possa se tornar viável o Desenvolvimento Sustentável como, por exemplo, a biotecnologia, as mudanças climáticas, a responsabilidade social corporativa e a ecoeficiência.

No que se refere a questões legais, no mesmo ano, o tema passa a ser Projeto de Lei 3116, no qual propunha a obrigatoriedade da publicação do Balanço Social para as empresas privadas que tivessem em seu quadro funcional mais de 100 colaboradores e para todas as empresas públicas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, entretanto constata-se que este projeto ainda não foi aprovado e atualmente se encontra em tramitação no Congresso Nacional.

Concomitantemente, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) expôs, em audiência pública, proposta de inserção de Balanço Social nas demonstrações

financeiras exigidas das empresas de capital aberto. Conforme Dahlsrud (2008), os principais indicadores presentes nesta proposta de balanço eram: a) faturamento bruto, lucro operacional e de folha de pagamento, b) gastos com alimentação, c) encargos sociais compulsórios, d) gastos com previdência privada, e) gastos com saúde e educação, f) participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados, g) tributos pagos, h) contribuições para a sociedade, i) investimentos em meio ambiente, j) número de colaboradores ao final de cada período e número de admissões.

Os indicadores de Responsabilidade Social difundidos pelo instituto *Ethos* se organizam por meio de um sistema de avaliação, no âmbito de conjunto de práticas sociais desempenhadas pelas empresas, nos quais levam em consideração diversas dimensões das práticas sociais empresariais, a partir de sete temas (INSTITUTO *ETHOS*, 2012):

- a) Valores e transparência;
- b) Comunidade interna;
- c) Meio ambiente;
- d) Fornecedores;
- e) Consumidores;
- f) Comunidade;
- g) Governo e Sociedade.

O embasamento delimita-se a partir de um questionário de avaliação, sendo considerado um instrumento que propõe o diagnóstico da situação específica da empresa, no qual demonstra o nível de concretização da responsabilidade social em suas atividades. Assume também a responsabilidade em disponibilizar uma ferramenta de gestão e planejamento, em que demonstra, por meio da situação da empresa, políticas e ações direcionadas ao aprofundamento de seus compromissos sociais (INSTITUTO *ETHOS*, 2012).

O Instituto *Ethos* compila as informações coletadas junto às empresas, com vistas a oferecer, a longo prazo, a construção de um amplo quadro de referências, no qual permite às empresas os parâmetros de comparativos, na identificação de

como a responsabilidade social é efetuada por um conjunto de empresas líderes. É considerado um conhecimento relevante para que se perceba a real contribuição da responsabilidade social para a competitividade e produtividade empresarial (INSTITUTO *ETHOS*, 2012).

Nesse sentido, o questionário dos indicadores *Ethos* se apresenta sob a forma de um modelo unitário para todas as indústrias e setores econômicos, no qual se estrutura por meio do preenchimento das próprias empresas participantes enquanto autoavaliação. O uso de um modelo unitário, enquanto um sistema apropriado de pontuação, autoriza o estabelecimento de um quadro comparativo acerca do grau de responsabilidade social executado entre as diversificadas empresas. O sistema autoavaliativo objetiva também estimular as empresas para uma visão mais abrangente do tema responsabilidade social e sua importância diante da sociedade, pois este se confunde com a limitada ação de filantropia empresarial, na qual não é possível identificar sua real dimensão enquanto uma nova base de ações gestoras. Sua estrutura se delimita em um questionário de avaliação da empresa, sendo dividido em sete grandes temas: 1)Valores e transparência; 2)Comunidade interna; 3)Meio ambiente; 4)Fornecedores; 5)Consumidores; 6)Comunidade; 7)Governo e sociedade (INSTITUTO *ETHOS*, 2012).

Os temas são avaliados a partir de dois grupos de indicadores, no qual primeiramente, se compõe por meio de uma barra com quatro quadros contíguos, correspondentes à avaliação da fase atual da responsabilidade social da empresa. Esse método facilita a empresa a localizar-se na escala, pois permite a identificação do seu posicionamento referente aos estágios encontrados com maior frequência no mercado. Essa escala é utilizada como parâmetro dos passos seguintes, no qual permite à empresa realizar um planejamento na direção do alcance de um grau mais elevado de responsabilidade social (INSTITUTO *ETHOS*, 2012).

O segundo grupo de indicadores é formado por informações binárias (sim/não) e por valores numéricos, nos quais possuem elementos de validação e detalhamento da etapa de responsabilidade social apontado pela empresa. Este

segundo grupo de informações tem suas bases sedimentadas na construção de um banco de dados que vai autorizar, posteriormente, a realização de comparações a partir da evolução histórica e a diferenciação das melhores práticas realizadas. Os dois grupos apresentam uma estrutura dinâmica, na qual varia conforme os paradigmas contemporâneos de responsabilidade social (INSTITUTO *ETHOS*, 2012).

Assim, o Instituto *Ethos* tem a pretensão de fazer a adequação contínua de um modelo de avaliação ao encontro da realidade das empresas, diante das expectativas da sociedade.

A metodologia de avaliação do grau de responsabilidade social por empresa é consolidada pelo instituto, a partir dos resultados obtidos tendo por base um sistema de pontuação dos diferentes indicadores e temas, que levará em consideração:

- A importância e a profundidade de cada indicado, considerando sua atualidade e impacto na sociedade;
- Setores em que certos indicadores não têm relevância;
- Setores onde alguns temas possuem menor peso relativo frente aos demais (INSTITUTO *ETHOS*, 2012).

A confidencialidade dos dados das empresas é assegurada pelo instituto, pois apresenta as informações, estatisticamente, sem a identificação das empresas participantes. Entretanto, é possível realizar a divulgação de experiências e práticas consideradas exemplares conforme consulta e autorização prévias das empresas participantes.

As instruções para o preenchimento de cada questionário será correspondente a uma unidade de negócio. Logo, o preenchimento abarca a participação de diversificadas áreas da empresa em função da abrangência temática. A orientação dada relaciona-se a indicação de um coordenador que favoreça a sistematização das informações e o diálogo interno. Vale ressaltar a importância do acompanhamento realizado pela alta direção da empresa em todas as etapas que compõe o processo de avaliação, confirmando seus resultados. Seu preenchimento se dará da seguinte forma:

Barra de indicadores de responsabilidade social empresarial: somente um dos quatro quadros deverá ser selecionado, em que se deve optar por aquele que está mais próximo da realidade da empresa. É possível que nenhum dos quadros corresponda à realidade da empresa, nesse sentido é necessário que deixe o indicador sem respostas, apresentando justificativa no espaço destinado aos comentários;

Indicadores Sim/Não e Numéricos: Os indicadores sim/não necessitam ser preenchidos, obrigatoriamente, e os indicadores numéricos não serão preenchidos, caso não se apliquem ao setor.

O Instituto *Ethos* divulga os resultados médios da pontuação das empresas que participaram deste processo avaliativo em publicações e pela internet, com a geração de relatórios para as empresas respondentes (INSTITUTO *ETHOS*, 2012).

Ainda, no tocante às bases conceituais da Responsabilidade Social Empresarial, a ISO 26000 a estabelece como a incorporação de atitudes que levem em consideração as questões socioambientais na organização de sua tomada de decisões de modo que se responsabilize pelos impactos, resultantes de suas decisões, em atividades sociais e no meio ambiente. Obtém-se, a partir de então um comportamento pautado na ética e transparência com vistas a contribuir para o desenvolvimento sustentável, em consonância às leis e as normas internacionais de comportamento. É necessário, também, que a responsabilidade social seja incorporada em toda a organização, tendo em suas relações os reflexos dessas práticas, levando em consideração os interesses das partes interessadas.

A norma disponibiliza orientações para diversificadas organizações, independente do seu porte, localização ou segmento, em relação aos:

- conceitos, termos e definições relativos à responsabilidade social;
- histórico, tendências e características da responsabilidade social;
- princípios e práticas referentes à responsabilidade social;
- os temas centrais e as questões que se referem à responsabilidade social;

- integração, implementação e promoção de comportamento socialmente responsável em toda a organização e por meio de suas políticas e práticas dentro de sua esfera de influência;
- identificação e engajamento de partes interessadas;
- comunicação de compromissos, desempenho e outras informações referentes a responsabilidade social.

A ISO 26000 (2010) é uma norma que estabelece diretrizes, porém sua utilização é voluntária, pois não tem por objetivo a emissão de certificação.

O presente capítulo concentrou-se na discussão conceitual dos temas centrais para a elaboração do presente estudo. No primeiro tópico se expôs a base conceitual do desenvolvimento sustentável empresarial, para a presente dissertação, tendo em vista a obtenção do equilíbrio entre as dimensões econômica, ambiental e social na tomada de decisão organizacional em busca do alcance de vantagens competitivas. O segundo tópico pautou-se no desenvolvimento regional sustentável, no qual foi verificado que resulta da existência de qualidade de vida da população, da eficiência econômica e de uma gestão pública competente, definindo como três pilares fundamentais, identificados como a governança, a sociedade e a distribuição dos ativos sociais. O terceiro tópico tratou da responsabilidade social empresarial em que se constatou a necessidade da adoção de atitudes empresariais, baseadas num posicionamento estratégico, que leve em conta os interesses e as necessidades dos diversificados públicos afetados pelo desenvolvimento de suas atividades.

3. METODOLOGIA

O método científico se constitui de um conjunto de regras básicas que definem os procedimentos adequados para a produção e sistematização do conhecimento científico, na proposição da expansão do que prediz o paradigma científico de uma área do conhecimento, a partir da apresentação do “saber-novo” construído pelo cientista.

Pode-se entender que a metodologia de pesquisa consiste num caminho que dá a permissão de apresentar uma resposta, fruto de um questionamento ou insatisfação presente no paradigma científico. Este é formado por um conjunto de problemas já resolvidos, problemas a serem resolvidos, modelos teóricos e modelos metodológicos.

O cientista, ao desenvolver sua pesquisa necessita dialogar com o paradigma vigente. Assim sendo, ao dialogar com as bases epistêmicas que constituem o paradigma vigente, pode se sentir satisfeito e dar adesão ao que nele está constituído. Entretanto, à medida que se encontra um obstáculo, no paradigma científico vigente, constrói-se um problema, em que sua resolução visa complementar ou substituir o que o paradigma propõe. Logo, é necessária a pesquisa (SILVEIRA, 2012).

Nessa perspectiva, para que um conhecimento seja identificado enquanto científico deve conter alguns critérios internos como: coerência, ou seja, não existência de contradições; consistência que se refere à capacidade de não sucumbir a uma argumentação contrária; originalidade; relevância, pois se tem a expectativa de que traga uma nova contribuição ao conhecimento científico que organiza o paradigma científico e objetividade. “A pesquisa, tanto para efeito científico como profissional, envolve a abertura de horizontes e a apresentação de diretrizes fundamentais, que podem contribuir para o desenvolvimento do conhecimento” (OLIVEIRA, 2002, p. 62).

Para Andrade (2001), a pesquisa científica se constitui de um arcabouço de procedimentos sistemáticos, tendo por base o raciocínio lógico, com vistas ao encontro de soluções para os problemas levantados do paradigma científico em

vigor, por intermédio da intervenção de métodos científicos e definição de tipos de pesquisa.

[...] o método é um conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (MARCONI E LAKATOS, 2003, p. 85).

O pesquisador faz uso de conhecimentos teóricos, ou seja, compreende a necessidade de possuir habilidades para a exploração de técnicas de análise, no entendimento de métodos científicos e procedimentos com vistas a identificar respostas para questões formuladas (SILVA, 2008).

Assim sendo, o objetivo da pesquisa pode ser compreendido como:

- Revisar e sintetizar o conhecimento existente;
- Investigar alguma situação ou problema existente;
- Fornecer soluções para um problema;
- Explorar e analisar questões mais gerais;
- Construir ou criar um novo procedimento ou sistema;
- Explicar um novo fenômeno;
- Gerar novo conhecimento;
- Uma combinação de quaisquer dos itens acima (COLLIS e HUSSEY, 2005, p. 16).

Verifica-se que os pesquisadores demandam amplo conhecimento de métodos e procedimentos precisos, planejamento eficiente, critérios e instrumentos coerentes para que transmitam confiança e credibilidade para os sujeitos que estão envolvidos, contribuindo para a apresentação adequada dos resultados oriundos da pesquisa (MENEZES; VILLELA, 2013).

É indispensável a organização de procedimentos de estudo convergentes as etapas do desenvolvimento da pesquisa. Para o desenvolvimento condizente das necessidades de uma pesquisa científica, é indispensável o planejamento minucioso e investigação em conformidade as normas constituintes da metodologia científica, no que se refere à forma, principalmente no que tange ao conteúdo (OLIVEIRA, 2002, p. 62).

O planejamento e a execução da pesquisa constituem um procedimento cuidadosamente sistematizado, na compreensão de etapas, de acordo com o quadro que segue:

Quadro 5 – Etapas da pesquisa

a) Delimitação do tema	f) Metodologia
b) Formulação do problema	g) Coleta de dados
c) Delimitação dos objetivos	h) Análise e discussão dos resultados
d) Justificativa	i) Considerações finais
e) Fundamentação teórica	j) Redação e apresentação da pesquisa

Fonte: Adaptado de Marconi e Lakatos (2001), Barros e Lehfeld (2000) e Cervo e Bervian (2002).

3.1 TIPOS DE PESQUISA

No que se refere aos objetivos, a pesquisa pode apresentar um caráter exploratório, descritivo ou explicativo (GIL, 2002; SEVERINO, 2007).

Em relação às pesquisas exploratórias, Gil (2002) afirma que objetiva conceder maior proximidade com o problema, com vistas a torná-lo explícito ou definindo hipóteses. Tem por intenção o aprimoramento de ideias ou a descoberta de instituições. Aglutina em seu escopo um planejamento flexível, circundado geralmente por um levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que possuíram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos similares. Frequentemente, varia entre as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso. Indica-se para o cumprimento das seguintes fases: de revisão da literatura, formulação de problemas, levantamento de hipóteses, identificação e operacionalização das variáveis.

A pesquisa exploratória visa a prover o pesquisador de um maior conhecimento sobre o tema ou problema de pesquisa em perspectiva. Por isso, é apropriada para os primeiros estágios da investigação quando a familiaridade, o conhecimento e a compreensão do fenômeno por parte do pesquisador são, geralmente, insuficientes ou inexistentes (MATTAR, 2005, p. 85).

As pesquisas descritivas têm por objetivo apresentar a descrição das características de uma população específica, fenômeno ou estabelecer relações entre variáveis. Apresenta-se comumente por intermédio de um levantamento feito por questionário ou observação sistemática, no oferecimento de uma descrição da situação no momento de execução da pesquisa. Orienta-se a adoção deste procedimento metodológico para guiar a forma de coleta de dados quando se tem por pretensão a descrição de determinados acontecimentos (GIL, 1996; DENCKER, 2000). Dirige-se a pesquisadores que possuem conhecimento aprofundado acerca dos fenômenos e problemas estudados.

A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. [...] Procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características. [...] desenvolve-se, principalmente, nas ciências humanas e sociais, abordando aqueles dados e problemas que merecem ser estudados e cujo registro não consta de documentos. (CERVO; BERVIAN, 2002, p. 66).

No que diz respeito à pesquisa explicativa, aprofunda-se o conhecimento da realidade em função de expor apresentações racionais, a razão de ser das coisas, assim sendo passa a ser o tipo de pesquisa que apresenta maior grau de complexidade. Tem por finalidade a identificação de fatores que determinam ou colaboram para existência dos acontecimentos. Suas características delimitam-se pela utilização do método experimental (nas ciências físicas ou naturais) e observacional (nas ciências sociais). Em geral, faz uso de formas de Pesquisa Experimental e Pesquisa Ex-Post-Facto. É recomendada para orientação de coleta de dados em pesquisa que visam o estudo das influências de determinados fatores na determinação de ocorrência de fatos ou situações (GIL, 1996; DENCKER, 2000).

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, a pesquisa pode apresentar um caráter de pesquisa bibliográfica, estudo de caso, pesquisa documental etc.

A pesquisa bibliográfica faz uso de materiais publicados, organizando-se especificamente em livros, artigos de periódicos e, atualmente, de informações disponibilizadas na internet. Praticamente todos os estudos utilizam-se do levantamento bibliográfico e determinadas pesquisas são desenvolvidas apenas pela consulta a fontes bibliográficas. O benefício trazido em seu bojo é propor ao pesquisador a ampla cobertura de acontecimentos, muito maior do que se pesquisasse diretamente (GIL, 2006). A técnica bibliográfica tem por objetivo o encontro de fontes primárias e secundárias e os materiais científicos e tecnológicos de necessidade iminente ao desenvolvimento do trabalho científico ou técnico-científico.

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos [...] busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema. [...] constitui geralmente o primeiro passo de qualquer pesquisa científica. (CERVO; BERVIAN, 2002, p. 65-66).

O estudo de caso objetiva a execução de um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de modo que se obtenha sistêmico e detalhado conhecimento sobre seu objeto de estudo (GIL, 2006). O estudo de caso pode variar em análise de exame de registros, observação de acontecimentos, entrevistas estruturadas e não estruturadas ou qualquer que seja outra técnica de pesquisa. O objeto de sua investigação pode ser delimitado a um indivíduo, um grupo, uma organização, um conjunto de organizações ou, até mesmo, uma situação (DENCKER, 2000). Em função da sua flexibilidade, utiliza-se com maior frequência em pesquisa exploratória, pois orienta as fases preliminares da pesquisa com temas complexos para a construção de hipóteses ou reformulação do problema. Seu uso realiza-se nas diferentes áreas do conhecimento. A coleta de dados, frequentemente é realizada com o auxílio de mais de um procedimento e os mais utilizados são: a observação, a análise de documentos, a entrevista e a história de vida (GIL, 2006).

É comum proceder-se a um estudo de caso partindo da leitura de documentos, passando para a observação e a realização de entrevistas e culminando com a obtenção de histórias de vida. Por exemplo, se a unidade pesquisada for constituída por uma igreja evangélica, o pesquisador pode, inicialmente, consultar documentos tais como: livro de atas, avisos, livros de orações, registro de batismos, etc. A seguir, pode observar algumas das sessões do culto e da escola dominical. Pode entrevistar o pastor e alguns dos fiéis e, por fim, selecionar algumas histórias de vida significativas para atingir os objetivos propostos. (GIL, 1996, p. 122).

A pesquisa documental é construída por meio de materiais que não obtiveram tratamento analítico, sendo considerados documentos de primeira mão, tendo como exemplos: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc., ou ainda documentos de segunda mão, já analisados por meio de algum procedimento, como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, etc. (GIL, 2006); e dos localizados no interior de órgãos públicos ou privados, como manuais, relatórios, balancetes e outros.

Os documentos são fontes de dados brutos para o investigador e a sua análise implica um conjunto de transformações, operações e verificações realizadas a partir dos mesmos com a finalidade de se lhes ser atribuído um significado relevante em relação a um problema de investigação (FLORES, 1996, p. 33).

Segundo Gomes (2007), a pesquisa documental se constitui num método que está adiante da técnica, pois se organiza em quatro dimensões: a epistemológica, na qual se constata se uma pesquisa é ou não científica, por intermédio de um modelo de ciência; a teórica, pois leva em consideração os conceitos e princípios que guiam o trabalho interpretativo; a morfológica em função de contribuir para a estruturação sistemática do objeto de investigação, e a técnica que tem por função o controle da coleta de dados e do indispensável diálogo entre eles e o modelo teórico que os suscitou.

Assim sendo, vale lembrar que o documento é considerado a única fonte de estudo, de interpretação e da produção do conhecimento, no método da pesquisa documental.

3.2 OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente dissertação tem o objetivo de identificar iniciativas sustentáveis, voltadas à responsabilidade social, propostas ou articuladas pela empresa líder no setor petroquímico nacional, buscando seu enquadramento à luz do debate conceitual. Fundamenta-se, portanto, em pesquisa de tipo descritiva, de caráter qualitativo, pois este procedimento metodológico torna possível observar e analisar os fatos relativos às iniciativas de responsabilidade social desenvolvidas pela empresa em estudo, sem manipulá-las, no estabelecimento de correlações acerca da percepção de outros *stakeholders* (representante do Sindicato dos Químicos, e representante comunitário, na figura de uma diretora de escola pública) diante das ações tratadas nesta pesquisa. Portanto, por meio da metodologia descritiva pôde-se constatar com certa precisão a relação e conexão dos dados levantados, no que se refere à concepção das ações de responsabilidade socioambiental adotadas pela empresa.

Para atender aos objetivos propostos por esta pesquisa, foi feito o levantamento documental relacionado às ações de responsabilidade social adotadas pela empresa Braskem, na região do ABC Paulista, obtido por meio do seu relatório de administração, com atualização no ano de 2012 para obter operações e verificações realizadas neste período em busca de estabelecer conexões junto ao referencial teórico adotado nesta pesquisa.

Em complementaridade aos dados obtidos, por meio do levantamento documental foram feitas entrevistas semiestruturadas com os seguintes *stakeholders*: representante da Braskem, que atua no setor de sustentabilidade da empresa, representantes do Sindicato dos Químicos e um representante comunitário, na pessoa do diretor de uma escola pública localizada no entorno da empresa.

Assim, foi escolhido o representante da empresa responsável pela execução dos projetos de ação social, em função de ser gestor das etapas que compõe cada projeto.

Em relação ao representante do Sindicato dos Químicos, este ator foi selecionado, em função de observar, a partir das bases legais que regulamentam as atividades da indústria química e petroquímica, quais as interferências/ impactos causados por suas atividades, nesse sentido observam, também, quais são as ações de responsabilidade socioambiental, executadas pela empresa, que proporcionam a minimização de impactos negativos.

O terceiro ator selecionado foi o representante comunitário, na figura de diretor de uma escola pública, pois a empresa desenvolve projetos de responsabilidade socioambiental no interior dessa escola, sendo seus alunos beneficiários diretos destas ações.

Estas entrevistas possibilitam a explicação e a compreensão do fenômeno social tratado, que complementa a descrição, pois estando delimitada ao tema em estudo, permite a obtenção de informações que emergem de forma mais livre, sem estar condicionada a um padrão pré-estabelecido (TRIVIÑOS, 1987).

4. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS INICIATIVAS E PRÁTICAS VOLTADAS A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA BRASKEM

O presente capítulo apresentará o contexto de organização da indústria petroquímica e a importância de sua participação no cenário econômico mundial. Posteriormente, a caracterização da empresa líder do setor petroquímico brasileiro, na apresentação do seu histórico e conseqüentemente suas ações voltadas à responsabilidade social.

4.1 PANORAMA GERAL DA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

Constata-se que o Brasil se encontra na quarta posição no que tange à indústria de transformação, em relação à composição do PIB nacional, e a oitava posição no *ranking* mundial, ocupando posição posterior aos EUA, Japão, China, Alemanha, França, Itália, Coréia e à frente de países como Reino Unido, Índia, Holanda e Finlândia (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA QUÍMICA - ABIQUIM, 2011). Entretanto, embora sua importância seja constatada, em termos de participação na produção de riqueza do país, o setor petroquímico é considerado o agente responsável pelo elevado risco oferecido ao meio ambiente, em função da natureza de sua atividade.

Verifica-se que o faturamento líquido do setor químico, em geral, que emprega aproximadamente 750 mil colaboradores no país, entre eles 40 mil alocados na região do ABC paulista, apresenta crescimento de taxas médias em 8% ao ano, desde 1990, taxa de crescimento superior em relação à indústria química no mundo, que se apresenta numericamente em 7% ao ano. O faturamento geral da indústria petroquímica mundial, no ano de 2011, foi de US\$ 5,1 trilhões, dos quais US\$ 157 bilhões correspondem ao Brasil, o que coloca a indústria química local em sexto lugar no *ranking* global, liderado pela China, com US\$ 1,3 trilhões em faturamento, seguida pelos Estados Unidos com US\$ 759 bilhões, Japão US\$ 382 bilhões, Alemanha US\$ 261 bilhões e Coreia do Sul US\$

172 bilhões (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA QUÍMICA - ABIQUIM, 2012).

Ainda, segundo a ABIQUIM (2013), a indústria química brasileira, onde está inserido o setor petroquímico, obteve no ano de 2012 um faturamento líquido global de R\$ 293 bilhões, dos quais se constata sua expansão representada em 12,4%, levando-se em consideração o ano de 2011, em que se destacam o setor de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos (15,9% de crescimento, tendo por base o ano de 2011), fertilizantes sendo representado por 15,4% de crescimento, considerando o ano de 2011, defensivos agrícolas (19% de crescimento) e tintas e vernizes que expandiu 12,8% somente no ano de 2012, pois foi estimulado pelo setor de construção civil. Observa-se, que aproximadamente 2,6% do PIB brasileiro resultam das atividades industriais do setor químico, nos quais representam 10% do PIB da indústria de transformação brasileira, perdendo somente para as indústrias de alimentos, de petróleo e de veículos.

Ao fazer uma breve retrospectiva acerca do desenvolvimento do setor petroquímico, verifica-se que este se desenvolveu por meio de influências das ocorrências globais, delimitadas pelo desenvolvimento da indústria de petróleo/gás a partir da composição da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), no ano de 1960, sendo seguidas de duas crises do petróleo em 1973 e 1979, que deslocaram o controle de preços e de produção para os países responsáveis pela produção destes insumos (BASTOS, 2009).

A partir daí, é possível constatar o desenvolvimento do setor petroquímico nacional, distribuídos em três polos: São Paulo, Camaçari - BA e Triunfo - RS. Esta circunstância colaborou para a elevação da degradação ambiental, principalmente pelo aumento da participação relativa, do setor, na atividade econômica nacional, obtendo registro, na década de 1960.

Nesse período, a Europa preocupava-se com os níveis exorbitantes, no que se refere à degradação ambiental, em que iniciou a fase de normalizações da atividade produtiva, designada por ações mais abrangentes de combate ao problema identificado. Estas ações contribuíram para que as questões ambientais

deixassem de ser um tema restrito ao cenário técnico-empresarial e fossem tratados em nível de Estado, sendo considerado um problema social.

Entre as décadas de 1980 e 1990, em linhas gerais, os parâmetros de produção e consumo dos países industrializados apontavam sinais de seu esgotamento, contribuindo para influenciar a discussão acerca das questões ambientais, no Brasil. Assim, o país presenciaria o crescimento de suas atividades produtivas geradoras de impactos ambientais, fazendo-o reconhecer a dimensão de importância das relações existentes entre economia e meio ambiente (OLIVEIRA, 2002).

Os modelos de normalização da atividade produtiva, adotado principalmente por organizações empresariais multinacionais passam a ser tema gerador de discussões acerca das questões ambientais, sendo difundidos por diferentes canais de comunicação, na proposição de ações por parte das empresas, no que se refere à relação entre sua atividade produtiva e a conservação do meio ambiente.

Ao longo de quatro décadas, a situação apresenta um quadro evolutivo no que tange às ações reativas empresariais em relação ao processo de conservação do meio ambiente, na apresentação de novos mecanismos de ajustes às pressões oriundas de legislações específicas e grupos formais de pressão que tem por objetivos a redução dos impactos ambientais (PEATTIE; CHARTER, 1997), para o desenvolvimento de ações proativas que possam ser incorporadas, em casos específicos, às políticas estratégicas das organizações empresariais, na medida em que estas apresentem compromisso com o futuro (CARVALHO; CARVALHO, 2000).

A responsabilidade social empresarial, tratada desde os anos de 1920 deixa de ser abordada como um instrumento de ajuste alocado apenas no interior das empresas, ultrapassando a questão ética existente entre os *stakeholders*, para de fato abarcar ações empresariais de cunho e relevância social (VELOSO, 2005). Assim, a partir do momento que o conceito socioambiental passa a integrar a estratégia empresarial, o caráter endógeno de acompanhamento do processo produtivo delimitado à atividade da organização, passa a ser observado de forma

ampla, pois envolve o ambiente externo às organizações. Esta circunstância exige o aumento da participação dos *stakeholders*, em função das questões socioambientais colocadas enquanto preocupação da esfera social. Estas ocorrências resultam do novo papel a ser desempenhado pelas empresas, como produto das alterações nos ambientes em que se propõe a operar (DONAIRE, 1999).

Ações apresentam direcionamento ao encontro da construção de um relacionamento junto às comunidades que se localizam no entorno das organizações empresariais, na implicação de um reconhecimento mais significativo destas comunidades enquanto parte interessada.

Tais ações possibilitam a instrução das comunidades acerca das questões ambientais, em que se constata o envolvimento das atividades empresariais, colaborando para a difusão do conceito socioambiental. Conforme Barbieri e Silva (2012), a educação socioambiental tem sua ênfase concentrada na existência de vínculos profundos e entrelaçados junto às questões sociais, econômicas, políticas e ambientais. Desse modo, as questões ambientais devem ser direcionadas, no sentido de ultrapassar a perspectiva educacional abordada apenas pelas instituições de ensino, ou seja, sua condução deve ocorrer por meio do processo de relacionamento empresa-comunidade, para que proporcione a conscientização das comunidades circunvizinhas, no que se refere às questões ambientais relevantes, neste momento de crise.

Ao evidenciar a relação pessoa-ambiente e as interações vivenciadas nele, para que seja possível uma melhor compreensão acerca das questões ambientais e sobre seus riscos, é possível identificar, no percurso que organiza a trajetória do setor petroquímico brasileiro, o desenvolvimento do conceito de sustentabilidade. Nesse sentido, esta circunstância sugere maior participação dos *stakeholders*, especialmente das comunidades que se localizam no entorno das unidades produtivas, na gestão socioambiental das empresas do setor.

4.2 A CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

A Braskem é uma empresa pertencente ao setor petroquímico brasileiro, formada a partir da aquisição do controle acionário da Copene Petroquímica do Nordeste, por meio do consórcio Odebrecht/ Mariani e a integração das empresas controladas pelos dois grupos, com o objetivo de reforçar a introdução do Brasil, no setor petroquímico nacional.

A escolha do nome Braskem foi organizada por meio da reunião dos prefixos **bras**, difundido no mercado externo para que se identifique uma empresa brasileira, **kem**, de *chemical*, ou seja, química para que se indique o setor de atuação da respectiva empresa.

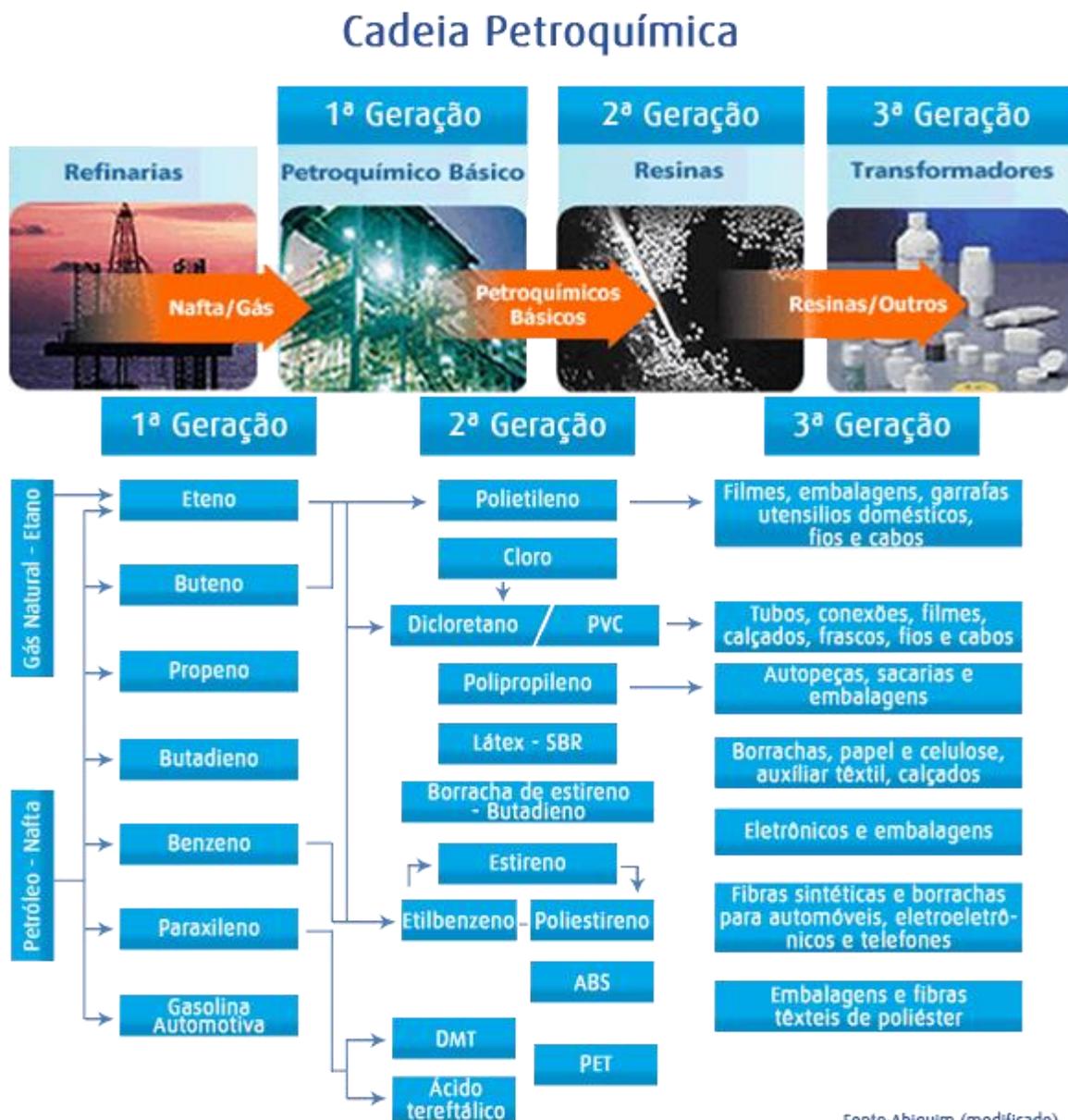
A referida empresa foi criada em 16 de agosto de 2002, designada como empresa petroquímica brasileira de classe mundial e considerada líder no setor de resinas termoplásticas da América Latina, em que é a primeira organização empresarial nacional a integrar, em seus processos produtivos, a fabricação de produtos petroquímicos de primeira, segunda e terceira geração, em que desenvolve seu trabalho na adoção de um modelo de negócio, no qual seu foco centra-se na criação de valor para seus acionistas, tendo por bases sua liderança de mercado, na escala competitiva de operações e na autonomia tecnológica.

A cadeia petroquímica é constituída por produtores de primeira, segunda e terceira geração, baseados na fase de transformação de várias matérias-primas ou insumos petroquímicos. Está representada pela transformação de subprodutos oriundos do refino de petróleo bruto, principalmente o nafta, ou gás natural, em bens de consumo e industriais usados para diversificados fins.

É possível constatar, que no Brasil, a nafta é considerada a matéria-prima mais importante da cadeia petroquímica, seguida do gás natural. Assim, verifica-se, ainda, que a Petrobrás é praticamente a única empresa produtora de nafta e gás natural, no Brasil, em que atende uma fração da demanda nacional com produção própria e com importações. Em 2002, seu monopólio foi quebrado e a partir daí, as centrais petroquímicas iniciaram a importar por conta própria, para que fossem complementadas suas necessidades.

A nafta e/ou gás passam, a princípio, por um processo designado craqueamento, no qual apresenta enquanto resultado uma série de produtos petroquímicos básicos, tais como eteno, propeno e aromáticos. O tipo de matéria-prima empregada apresenta rendimentos variados e uma mescla diferenciada de produtos.

Figura 5: Cadeia Petroquímica



Fonte: ABIQUIM, 2012.

a) Produtores de Primeira Geração: A designação dada aos produtores de primeira geração, no Brasil, é a de “craqueadores”, pois sua função é a de craquear ou fracionar a nafta (subproduto originado do processo de refinamento de petróleo) ou gás natural, seus principais insumos e os transforma em petroquímicos básicos. Os craqueadores compram nafta da Petrobras, fonte principal dessa matéria-prima e também, de outros fornecedores que se encontram no exterior. Os craqueadores básicos de gás tem seu insumo oferecido pela Petrobrás. Designam-se, petroquímicos básicos pelas unidades de craqueamento de nafta:

- Olefinas, principalmente eteno, propeno e butadieno; e
- Aromáticos, tais como benzeno, tolueno e xilenos.

Após a aquisição pela Braskem, a referida empresa tornou-se a única empresa brasileira capaz de fornecer produtores de primeira geração e possui em sua estrutura quatro unidades de craqueamento. Os petroquímicos básicos são comercializados aos produtores de segunda geração, na promoção da integração da cadeia. Dessa forma, os petroquímicos básicos, sob a forma gasosa ou líquida, são transportados por intermédio de dutos às unidades dos produtores de segunda geração, normalmente, localizados próximos às unidades de craqueamento para passarem por processamento adicional.

b) Produtores de Segunda Geração: sua função é realizar o processamento dos petroquímicos básicos comprados das unidades de craqueamento de nafta, produzindo petroquímicos intermediários, designados:

- Polietileno, poliestireno e EDC/PVC (produzidos a partir do eteno);
- Polipropileno e acrilonitrila (produzidos a partir do propeno);
- Cumeno e etilbenzeno (produzidos a partir do benzeno);
- Polibutadieno (produzido a partir do butadieno).

A forma em que se apresentam os petroquímicos intermediários é a sólida, em “pallet” de plástico ou em pó. São transportados, normalmente, por caminhões aos produtores de terceira geração que, geralmente, não se encontram situados nas proximidades dos produtores de segunda geração. A Braskem é a única empresa brasileira que possibilita a integração de primeira e segunda geração de resinas termoplásticas.

c) Produtores de Terceira Geração: são designados como transformadores, pois sua unção concentra-se na compra de petroquímicos intermediários dos produtores de segunda geração, transformando-os em produtos finais como:

- Plásticos (produzidos a partir de polietileno, polipropileno e PVC);
- Fibras acrílicas (produzidas a partir de acrilonitrila);
- Nylon (produzido a partir de fenol no Brasil);
- Elastômeros (produzidos a partir de butadieno);
- Embalagens descartáveis (produzidas a partir de poliestireno e polipropileno).

Os produtores de terceira geração são responsáveis pela fabricação dos mais diversificados bens de consumo e industriais, incluindo recipientes e materiais de embalagem como: sacos, filme e garrafas, tecidos, detergentes, tintas autopeças, brinquedos e bens de consumo eletrônicos. Há mais de 11500 produtores de terceira geração em atividade no Brasil.

Para que se compreenda o papel da Petrobrás diante dessa cadeia produtiva é necessário observar que em 1995, a Constituição Brasileira concedeu ao governo brasileiro um monopólio exercido exclusivamente pela Petrobrás, no que se refere à pesquisa, exploração, refino, importação e transporte de petróleo bruto e produtos originados de petróleo refinado (com exceção de produtos petroquímicos), no país. A Constituição Federal previa, também, que os subprodutos oriundos do processo de refino, como a nafta, só poderiam ser fornecidos pela Petrobrás ou seu intermédio, no território nacional. Vale destacar

que a nafta é o insumo de base usado no Brasil para a produção de petroquímicos básicos, tais como: eteno e propeno.

Ainda, em 1995, a Constituição Federal sofre alterações para que pudesse permitir o desenvolvimento de atividades de petróleo e relacionadas a petróleo que fossem realizadas por empresas do setor privado, por intermédio de concessão ou autorização do governo brasileiro. Desde 1995, o governo brasileiro adotou diversas medidas com a finalidade de liberalizar o setor petroquímico brasileiro.

No ano de 1997, a Lei n. 9.478/97 regulamentou a Emenda Constitucional de 1995 por intermédio da construção do Conselho Nacional de Política Energética e da Agência Nacional de Petróleo (ANP), incumbidos de regulamentar e fiscalizar o setor petrolífero e o setor energético do Brasil. Assim, posterior à criação da Agência Nacional de Petróleo houve a inserção de novas regras e regulamentos direcionados a eliminar paulatinamente o monopólio da Petrobrás. Na contemporaneidade, o Brasil, ainda necessita da importação de aproximadamente um terço da nafta consumida.

No que se refere ao mercado de resinas termoplásticas, numa abordagem ampla, é possível afirmar que na América Latina, o Brasil, se encontra na principal posição enquanto produtor de petroquímicos básicos e, também lidera o *ranking* da capacidade dos petroquímicos de segunda geração.

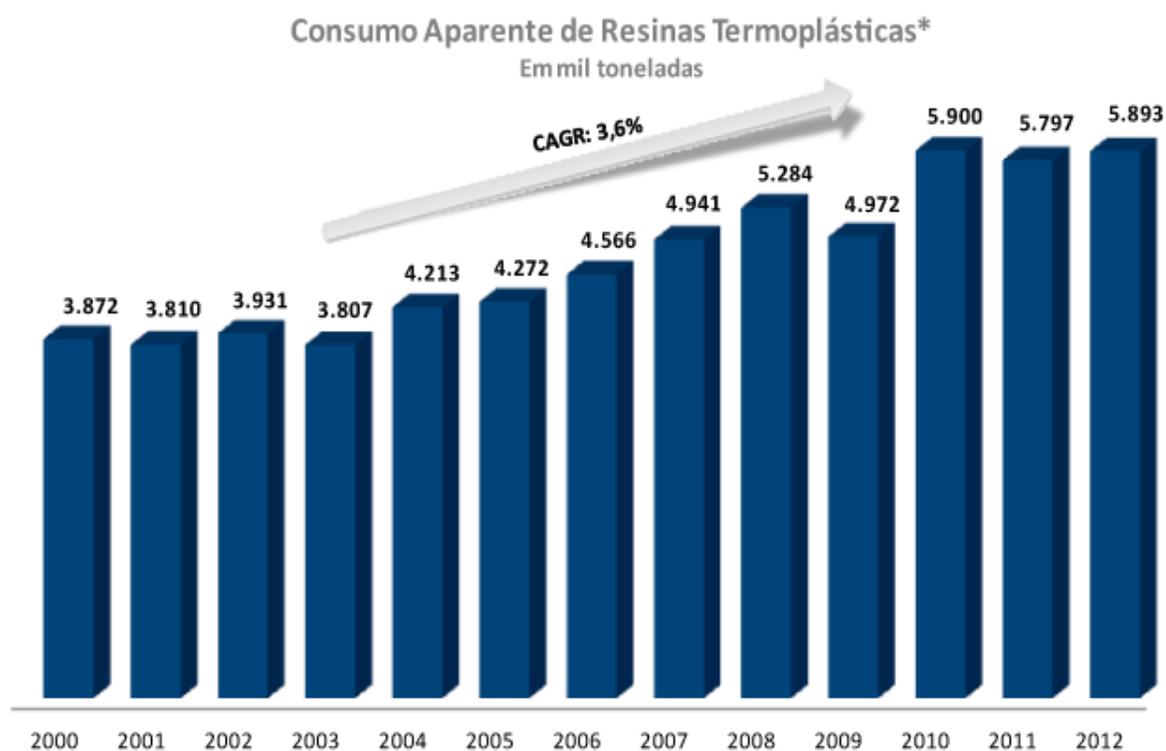
A conquista brasileira na posição privilegiada no *ranking* descrito resulta de um processo de reestruturação da indústria petroquímica, em conjunto com o aumento da demanda doméstica.

Ao longo dos últimos anos, o consumo de resinas termoplásticas, no Brasil, representado pela soma do volume de produção com importações, menos volume exportado, tem aumentado, atingindo uma taxa próxima de 3.3 a.a., consequência do crescimento da economia brasileira, a partir de uma melhor distribuição de renda, tendo como resultado o aumento do poder de consumo das classes C, D, e E (BRASKEM, 2012).

Ao levar em consideração o mercado de resinas (PE, PP, PVC), o potencial de crescimento no consumo de plástico do mercado brasileiro pode ser visto se

comparado ao consumo de países desenvolvidos, como Estados Unidos, no qual seu consumo de resinas no ano de 2012 foi de aproximadamente 67 kg por habitante, enquanto o Brasil foi de 25 kg por habitante. Constatase que desde o Plano Real e o início da estabilização da economia brasileira o consumo de resinas vem aumentando de forma expressiva (BRASKEM, 2012).

Figura 6: Consumo Aparente de Resinas Termoplásticas



* O consumo aparente é o resultado da soma do volume da produção com o das importações, menos o volume exportado. Estão englobadas no levantamento PE, PP, PVC, EVA, PS e PET.

Fonte: ABIQUIM

Fonte: ABIQUIM, 2012.

A Braskem é a maior petroquímica da América Latina e figura entre as cinco maiores indústrias brasileiras de capital privado. Assim sendo, seu controle está concentrado nas mãos dos grupos Odebrecht e Mariani. Apresenta uma estrutura que integra a primeira, segunda e terceira geração petroquímica, obtendo receita

bruta, em 2012, de R\$ 42,1 bilhões, 8% superior àquela registrada em 2011, que foi de R\$ 38,9 bilhões.

Da mesma forma, a receita líquida consolidada da Companhia foi de R\$ 35,5 bilhões, um crescimento de 9% ante a receita líquida de R\$ 32,5 bilhões em 2011, explicado (i) pelo maior volume de vendas de resinas e de petroquímicos básicos; e (ii) pela apreciação média do dólar em 17% no período. Em dólares, a receita líquida alcançou US\$ 18,2 bilhões, 6% inferior à apresentada no ano anterior, refletindo os menores preços de resina e principais petroquímicos básicos no mercado internacional (BRASKEM, 2012, p. 07).

A estratégia da Braskem concentra suas bases no fortalecimento do seu negócio e no aumento da sua competitividade, por meio do: (i) parcerias junto aos seus clientes e, conseqüentemente desenvolvem a promoção de *market share* no mercado local; (ii) apoio ao desenvolvimento da cadeia petroquímica e de plásticos brasileira, no qual sua focalização está delimitada nos pressupostos da inovação e da tecnologia; (iii) procura pela eficiência operacional com a manutenção de altas taxas de operação e redução de custos fixos; (iv) da captura da criação de valor das capacidades adicionais de PVC e butadieno; (v) da diversificação de sua matriz de matéria-prima, pelo avanço do projeto Etileno XXI (México) e pelos novos contratos nos EUA; e (vi) da manutenção de sua hígidez financeira (BRASKEM, 2012).

De acordo com o Relatório de Administração o desempenho da empresa, em 2012, obteve alta de 2%, no que diz respeito ao mercado de resinas termoplásticas, se comparado ao ano de 2011, em que atingiu aproximadamente 5,0 milhões de toneladas. Os resultados descritos são decorrentes da contínua desaceleração da economia, em que teve como consequência reflexos na demanda, na qual mesmo com os incentivos governamentais do Brasil, não obteve o crescimento esperado.

A empresa possui dois centros de Inovação & Tecnologia, localizados no Brasil e nos Estados Unidos, 24 laboratórios e oito plantas piloto, com 330 profissionais especializados e dedicados ao desenvolvimento de um portfólio de 242 projetos.

É possível citar conquistas voltadas à inovação e tecnologia como:

a) Conquista do Prêmio FINEP de Inovação 2012 na categoria Inovação Sustentável – Etapa Nacional e Etapa Regional Nordeste, em reconhecimento ao Projeto de Plástico Verde da Braskem.

b) Produção de um fio de alta resistência através da utilização da resina UTEC® (polietileno de ultra-alta densidade), desenvolvida pela Braskem e com tecnologia 100% nacional. O fio, que é sete vezes mais leve que o aço, será utilizado na confecção de cabos para exploração do pré-sal.

c) O Centro de Inovação & Tecnologia do Brasil, através de 12 mil análises de suporte, apoiou 370 clientes.

d) Acordo de parceria com a empresa norte-americana W.R. Grace, reconhecida mundialmente por sua atuação inovadora na área de catalisadores, para o desenvolvimento de tecnologias para a fabricação de produtos de fontes renováveis. A tecnologia que será desenvolvida pelas duas empresas baseia-se no uso de carbono renovável produzido a partir de processos agrícolas, contribuindo para reduzir as emissões de carbono em relação a matérias-primas tradicionais.

e) Criação da Plataforma Braskem de Biotecnologia que visa o desenvolvimento de fontes renováveis inéditas para produção de químicos verdes.

f) O centro de Inovação & Tecnologia dos Estados Unidos foi eleito pelo Pittsburgh Gazette, maior jornal diário da região, como um dos melhores lugares para se trabalhar em Pittsburgh (BRASKEM, 2012, p. 14 - 15).

A atuação da empresa ocorre, de acordo com as fontes da pesquisa, em parceria com alianças estabelecidas juntamente com institutos de pesquisa, que tem trazido resultados representados em 50 depósitos de patentes, no decorrer de 2012, totalizando 573 patentes já registradas no Brasil e exterior.

A empresa enfatiza ainda sua atenção ao desenvolvimento de produtos inovadores, com qualidade e buscando maior competitividade. O *pipeline* de inovação, em 2012, oriundo das unidades de negócios de polímeros e de vinílicos representava um valor de US\$ 826 milhões e originou o registro de 20 novos produtos, podendo se destacar:

- EVA para o segmento calçadista: criação de nova resina, inédita no mundo, destinada ao mercado calçadista. O novo produto possibilita maior agilidade na confecção dos sapatos, além de ser mais sustentável, uma vez que reduz a emissão de ozônio e elimina o processo de cura na colagem de solas, reduzindo o custo dessa etapa em 26%. O potencial de consumo estimado é de 3 mil toneladas por ano de EVA.
- Polietileno para o mercado de embalagens sopradas: nova resina de PE que visa atender aos rígidos requisitos do mercado de produtos de limpeza, conferindo às embalagens sopradas uma elevada resistência química. O potencial de crescimento adicional ao mercado de polietilenos é de 30 mil toneladas por ano.
- Polipropileno para o segmento de rafia: a nova resina, que tem como objetivo melhorar a competitividade do mercado de rafia, proporcionar estabilidade e maior produtividade ao processo em máquinas de alta velocidade. O potencial de consumo estimado é de 100 mil toneladas por ano de PP.
- Polipropileno para o segmento de copos descartáveis: a nova resina, destinada ao mercado de embalagens descartáveis, proporciona aos clientes o aumento de produtividade através do menor consumo de energia e redução de perdas. O potencial de consumo estimado é de 35 mil toneladas por ano de PP.
- Novo portfólio de PVC para laminados: a Braskem renovou seu portfólio de resinas de PVC. As novas resinas possibilitam a melhoria das propriedades dos produtos finais como couros sintéticos, pisos laminados de PVC, peças técnicas, entre outros, pois possuem alta resistência à abrasão e à compressão. O potencial de consumo estimado é de 3 mil toneladas por ano de PVC (BRASKEM, 2012, p. 16).

Seus investimentos, no ano de 2012, totalizaram R\$ 1,7 bilhões, em diversificados projetos e na melhoria de seus ativos. Desse investimento, R\$ 670 milhões foram destinados aos projetos que objetivam ampliação e melhora dos seus ativos. Os projetos da nova planta de PVC e a expansão de butadieno consumiram cerca de R\$ 531 milhões desse montante. Houve, ainda, investimentos no total de R\$ 341 milhões em manutenção, melhoria da produtividade e confiabilidade dos ativos (BRASKEM, 2012).

No que se refere às iniciativas voltadas ao campo de sustentabilidade, em 2102 houve o fortalecimento da gestão em sustentabilidade, no qual foi reforçado seu compromisso com os três pilares do desenvolvimento sustentável: (i) processos produtivos cada vez mais sustentáveis; (ii) portfólio de produtos cada vez mais sustentável e (iii) soluções sustentáveis para o uso da sociedade.

Em se tratando do primeiro pilar, segundo o Relatório de Administração da Braskem (2012), a empresa obteve o melhor resultado histórico no que se relaciona à segurança do trabalho, que cabe lembrar é uma obrigação legal. Houve destaque, ainda, para a inauguração de projetos voltados ao reuso de água, que possibilita uma economia significativa de água potável no polo de Capuava (ABC Paulista), por meio do Projeto Aquapolo, em conjunto com a Odebrecht Ambiental e Sabesp; e no polo de Camaçari, por meio do Projeto Água Viva, no qual se estabeleceu a parceria entre Braskem e Cetrel.

Em relação ao segundo pilar, é possível destacar a existência de avanços significativos, pois especificamente em outubro de 2012, a empresa lançou o “Braskem Maxio”, um portfólio de resinas que apresenta diferenciais competitivos e ambientais que disponibilizam maior eficiência à cadeia do plástico e possibilita a redução do impacto ambiental no processo de transformação.

No que tange ao terceiro pilar, a Braskem liderou o desenvolvimento da Rede Empresarial Brasileira de Análise de Ciclo de Vida (ACV), que se refere a um fórum, no qual empresas, por iniciativa própria se permitem a discussão do conceito de AVC e os resultados obtidos são disseminados no ambiente empresarial. A empresa integra em seu quadro de colaboradores uma equipe responsável pela execução de ações oriundas do AVC, a partir da organização de estudos bem como de políticas e práticas. A partir desses pressupostos foram definidos três enfoques básicos para estudos do AVC, que são:

- (i) Operacional: estudos com foco no processo produtivo visando à implementação de melhorias, como o uso eficiente de energia e água;
- (ii) Estratégico: estudos que orientam a tomada de decisão interna para o desenvolvimento de um novo produto, aplicações e tecnologias; e
- (iii) Comercial: estudos que avaliam o impacto ambiental de um produto frente a algumas alternativas e orientam a tomada de decisão pelo cliente/consumidor (BRASKEM, 2012, p. 20).

Nesse sentido, a empresa tem contribuído de modo significativo para a difusão das discussões dos rumos empresariais globais para o alcance da

sustentabilidade. A empresa também ampliou sua participação nas diversas associações que se preocupam com os rumos da aplicação da sustentabilidade, no âmbito empresarial, incluindo-se o Instituto Ethos, bem como registra sua própria presença nas discussões da Conferência das Nações Unidas para Mudanças Climáticas – **COP 18** e da Conferência **Rio+20** (BRASKEM, 2012).

No rol de suas ações para o alcance da sustentabilidade empresarial, é importante lembrar que a organização empresarial em parceria com a Cetrel construiu uma usina de reciclagem na Conferência Rio+20, na qual transformou resíduos plásticos em peças de mobiliário de madeira plástica, apresentando novas possibilidades de reaproveitamento do plástico, na criação de um novo ciclo produtivo, após o seu consumo (BRASKEM, 2012).

Houve, também, avanços no Programa de **Inclusão Social** e econômica dos catadores de materiais reciclados, pois suas ações se concentraram no apoio à capacitação e a instrumentalização das cooperativas de catadores de materiais reciclados, contribuindo assim para o aumento da renda alcançada por essas pessoas e, concomitantemente, contribuiu para a elevação da taxa de reciclagem de plásticos. Constata-se que a companhia apoiou 15 cooperativas localizadas em Alagoas, Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul, e beneficiou mais de 400 pessoas, diretamente e mais de 1800 pessoas indiretamente.

No que diz respeito à responsabilidade social, a filosofia da empresa está pautada na valorização do ser humano pela educação e trabalho, tendo como pressupostos a disposição para servir, a capacidade e o desejo de evoluir e a vontade de superar resultados. Diante desse aspecto, a companhia tem contemplado as comunidades em que se encontra inserida, trabalhando na perspectiva da: (i) Inclusão Social, (ii) Educação Ambiental e (iii) Promoção Cultural.

Um dos meios para o alcance dos seus objetivos é a execução de investimentos sociais privados em programas alinhados à sua estratégia, princípios e valores. A partir dessa circunstância, no ano de 2012, a gestão de investimento social privado recebeu reforços por meio da concentração de esforços em projetos que trouxessem maiores impactos sociais, pois seus

investimentos totalizaram R\$ 12,5 milhões na execução de projetos socioambientais e culturais, montante evidentemente limitado perante o valor global investido pela empresa no referido período; dentre eles é possível destacar (BRASKEM, 2012):

(i) Inclusão Social

Projetos de Reciclagem — avanço no projeto de inclusão social para catadores de material reciclado nas regiões de São Paulo, Alagoas, Bahia e Rio Grande do Sul. Por meio da reciclagem mecânica, os catadores têm conseguido desenvolver o processo produtivo de triagem e reciclagem em suas cooperativas, possibilitando o incremento de renda; além de disseminar a importância de assuntos como o descarte correto em suas comunidades.

Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Mosaico de APAs do Baixo Sul da Bahia: PDIS – o desafio é tornar próspera e dinâmica uma área rural estagnada, com extenso patrimônio ambiental, mantendo os jovens talentos no campo. A busca desse objetivo comum, com foco no desenvolvimento sustentável da Área de Proteção Ambiental (APA) do Pratigi contempla, numa única iniciativa, os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), subscritos por 192 países.

Ciência sem Fronteiras – a Braskem foi uma das empresas pioneiras a aderir ao programa, uma iniciativa do governo brasileiro que busca promover a expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, por meio do intercâmbio. A Companhia conta com três vagas de estágio em Pittsburgh, nas áreas de catálise, polímeros e propriedade intelectual.

Filantropia - Nos Estados Unidos e na Alemanha, os integrantes da Braskem realizam ações sociais tais como reforço escolar e reformas de espaços públicos, através dos programas **Stars** (*Striving to Achieve Reading Success*), **The United Way of America** e da instituição alemã **Malteser Hilfsdienst**. Os integrantes também mobilizam ações de arrecadação de recursos financeiros para estas e outras organizações, incluindo a **March of Dimes Foundation**.

(ii) Educação Ambiental

Programa de Educação Ambiental Lagoa Viva — o programa, que foi iniciado no bairro Pontal da Barra, uma comunidade vizinha à Unidade Industrial de Cloro-Soda da Braskem em Maceió,

expandiu suas ações para um total de 39 municípios alagoanos, promovendo oficinas voltadas à educação ambiental e capacitação para apoiar a geração de renda da população local.

Fábrica de Florestas — projeto que promove a produção e o plantio de mudas de espécies nativas ao longo do Corredor Ecológico Costa dos Coqueiros e do Anel Florestal, na região do litoral norte da Bahia, para a recuperação da Mata Atlântica, com ênfase no reflorestamento das nascentes e matas ciliares da região. Devido ao seu sucesso, o projeto expandiu para outras regiões e, em junho, a Braskem inaugurou um viveiro do projeto em Paulínia – SP, no Jardim Botânico da cidade e cerca de 10 mil mudas foram produzidas. Já em setembro, com o intuito de evitar a erosão do solo e desabamento das encostas, foi inaugurado um viveiro em Duque de Caxias – RJ, na Reserva Ambiental do Parque Municipal da Caixa D' Água e em parceria com a prefeitura foram plantadas mais de quatro mil mudas de espécies como a quaresmeira, ipês, ingás, pau-pombo e pau-brasil.

Um Novo Olhar sobre o Plástico – em parceria com o Instituto Akatu e o Instituto Faça Parte, o projeto tem como objetivo chamar atenção de professores e alunos de escolas públicas e privadas para a importância dos temas ligados ao consumo consciente e à sustentabilidade; como o combate ao descarte inadequado de resíduos e ao desperdício de água e energia. Em 2012, 50 mil alunos do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental de todo o Brasil participaram da iniciativa e 115 projetos foram apresentados. O projeto vencedor foi o denominado “Nossas Mãos Podem Salvar o Planeta”, de uma escola de Juara, interior do Mato Grosso, que promoveu a criação de mosaicos feitos a partir de materiais plásticos descartados pelas famílias dos alunos.

(iii) Promoção Cultural

Prêmio Braskem de Teatro (PBT) — criado em 1994, consiste na premiação das melhores produções do teatro baiano, com o objetivo de reconhecer, valorizar e premiar os profissionais do palco, abrindo espaço para o surgimento de novos talentos. Em 2012, na 19ª edição do Prêmio Braskem de Teatro, o ator e jornalista Gideon Rosa, ícone do teatro com mais de 20 anos de carreira, e o artista Carlinhos Brown foram homenageados. Outro destaque foi a realização da Oficina de Audiovisual, que capacitou 30 jovens selecionados, cujos trabalhos finais foram expostos na premiação.

Prêmio Braskem em Cena — foi realizada a 7ª edição do prêmio, que elege as melhores produções em diversas categorias, como melhor espetáculo, diretor, ator e atriz, e que ocorre na noite de encerramento do festival “Porto Alegre em Cena”, um dos maiores festivais de artes cênicas da América Latina. O festival trouxe para a capital gaúcha, ao longo de 18 anos de existência, grandes nomes

nacionais e internacionais do teatro, da música e da dança (BRASKEM, 2012, p. 23-24).

Em relação à política de desenvolvimento de pessoal, houve investimentos que atingiram cerca de R\$ 15 milhões, aplicados em ações vinculadas à política de gestão de pessoas e da cultura organizacional.

Nesse sentido, dentro da estratégia de formação de líderes, houve a implementação de dois novos programas designados como:

- Programa Líderes Globais: este programa tem por objetivo o desenvolvimento e a aceleração de líderes da Braskem para que suas ações sejam realizadas na internacionalização de suas operações, no qual estabeleceu parceria com a Fundação Dom Cabral. O referido programa formou 26 líderes.
- PDLE – Programa de Desenvolvimento de Líderes de Equipe: sua abordagem se relaciona ao reforço da importância do líder na disseminação de ideias das concepções filosóficas da empresa (TEO - Tecnologia Empresarial Odebrecht) e aprimoramento da visão global da organização para a tomada de decisões. O presente programa formou 32 líderes, dos quais 23 são líderes nacionais e 9 são internacionais. Os investimentos foram concentrados, também, em ações de apoio aos integrantes para a compreensão do TEO.

Na área industrial, há o **Projeto de Formação de Operador 2020**, em que seu objetivo está delimitado em atrair e formar novos talentos para que possam ingressar na carreira de operação industrial e obteve nos últimos anos a formação de mais de 200 novos operadores, no qual é organizado em etapas que visam a construção de uma base teórico-conceitual em consonância à aprendizagem prática (BRASKEM, 2012).

Com base nas informações disponibilizadas pelo Relatório de Administração 2012, é possível observar a existência de dez iniciativas

socioambientais executadas pela empresa em estudo. Não foi incluído o Projeto Aquapolo, pela ênfase econômica verificada no levantamento documental. Entretanto, conforme os objetivos desta pesquisa, o item seguinte verificará a percepção dos outros atores entrevistados, visando confrontar as informações apresentadas pela Braskem.

4.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção apresentará um percurso analítico, tendo por base o levantamento de dados, por intermédio do levantamento documental e de entrevistas junto a representantes da empresa líder no setor petroquímico brasileiro, com vistas a identificar sua percepção diante das ações voltadas à sustentabilidade e à responsabilidade social por parte da empresa em análise.

4.3.1 REPRESENTANTE DA SEÇÃO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA BRASKEM

4.3.1.1 AÇÕES SUSTENTÁVEIS

No que se refere à Sustentabilidade, de acordo com a respondente, a empresa compreende que deve aglutinar um conjunto de ações estratégicas da organização para que façam uso dos recursos existentes no atendimento das necessidades presentes, não comprometendo a satisfação das necessidades das futuras gerações. Assim, é necessário que não seja entendido apenas como parte de políticas governamentais, mas que seja possível integrar o referido conceito à cultura organizacional, com transparência e criação de seus *stakeholders* de valores ligados às dimensões da sustentabilidade.

Diante da afirmação acima, pode-se verificar que a empresa busca responder aos princípios convencionais relativos às dimensões econômica, ambiental e social, de acordo com as iniciativas e ações descritas pela entrevistada. Nesse sentido, identifica-se a existência de três ações mais significativas:

1ª. Ação: Inauguração da Central de Triagem de Materiais Recicláveis em parceria com a Prefeitura de Mauá. O valor do investimento foi estimado em R\$ 1,4 milhões e tem por finalidade organizar o trabalho dos catadores, pois constitui um sistema de materiais recicláveis que facilite o manuseio do que for coletado, verificando qual seria o modo adequado para seu aproveitamento.

No que se refere à ação descrita acima, é possível afirmar que integra a dimensão econômica da sustentabilidade, na transição da economia informal para o âmbito da economia formal, ao proporcionar uma estrutura organizada para que seja possível dinamizar o trabalho dos catadores de materiais recicláveis, na apresentação de qual seria a forma mais eficiente para o aproveitamento do seu trabalho. Embora a dimensão econômica inclua, também, as atividades informais, segundo os dados apresentados pela respondente, a empresa em análise busca contribuir no sentido de formalizar e dinamizar o trabalho dos catadores, colaborando assim para o aumento de sua renda monetária e, conseqüentemente, melhora no padrão de vida.

Integra, ainda, a dimensão ambiental ou ecológica, pois os investimentos no aumento da eficiência do trabalho realizado pelos catadores contribuem para a redução dos impactos ambientais promovidos pelo descarte, de modo a manter a noção de conservação do meio ambiente, na promoção do reaproveitamento deste material descartado.

No que diz respeito à dimensão social, as orientações dadas para um manuseio eficiente do material reciclável ressignificando as qualidades dos catadores, suas habilidades e experiências, de modo que seja rentável, melhorando sua renda e, conseqüentemente, sua qualidade de vida.

Assim, por meio da reciclagem há a organização de um ciclo de retorno do produto utilizado para reuso, em possíveis novas circunstâncias, de modo que reduza a extração de matéria-prima oriunda do meio ambiente.

2ª. Ação: Realização da Comunidade EcoFashion, em que se organiza a partir da criação das crianças pertencentes às comunidades do entorno do Polo Petroquímico do ABC, sob orientação de professores e profissionais da moda, com materiais recicláveis, também, na perspectiva do reaproveitamento desse recursos para reuso.

A presente ação busca se colocar como integradora das três dimensões da sustentabilidade, pois no que se refere aos aspectos econômico e ambiental, o reaproveitamento de recurso para reuso na confecção ou customização de roupas, minimiza o descarte. Em relação à dimensão social, verifica-se a valorização da habilidade criativa das crianças que fazem parte da comunidade do entorno do Polo Petroquímico do Grande ABC, sob a orientação de professores e profissionais da moda.

3ª. Ação: o Projeto “Fábrica de Florestas”, tendo sua ocorrência na cidade de Santo André, em parceria com o poder público local, no qual sua finalidade é realizar ações de reflorestamento urbano, por meio de mudas de espécies nativas e, naturalmente, construção de pilares relativos à educação ambiental. Esta ação vai ao encontro do que está prescrito no documento da empresa, o Relatório de Administração 2012, com a expansão desse projeto para as regiões do litoral norte da Bahia, Paulínia – SP e Duque de Caxias – RJ.

Nestas iniciativas, é possível identificar o conceito das três dimensões da sustentabilidade, pois no aspecto ambiental tem-se o processo de reflorestamento urbano, por meio de espécies nativas, ou seja, contribuindo para a conservação dos recursos naturais para as gerações futuras. No aspecto econômico, com o objetivo de evitar a erosão e desabamento das encostas, a empresa inaugurou na cidade de Duque de Caxias-RJ, na Reserva Ambiental do Parque Municipal da Caixa D’Água e em parceria com a prefeitura foram plantadas mais de quatro mil

mudas de espécies como a quaresmeira, ipê, ingá, pau-pombo e pau-brasil. No aspecto social contribui para a construção de consciência ambiental, no âmbito da Educação Ambiental.

Nas ações citadas pela representante da empresa em análise ao longo da entrevista, percebe-se a ênfase do discurso no cumprimento da responsabilidade ambiental e na busca do equilíbrio entre as responsabilidades econômicas e sociais. A fala empresarial destaca também o cumprimento da responsabilidade social, pelo envolvimento da comunidade nestes processos, tanto para a concretização da reciclagem, quanto para adoção de ações ambientais, quando lhes oferecem educação ambiental.

Vale ressaltar que por meio da fonte Relatório de Administração 2012 da empresa, há a execução de mais dois projetos que legitimam a preocupação e execução de ações no contexto da sustentabilidade empresarial, que são: Programa de Educação Ambiental Lagoa Viva e “Um novo olhar sobre o plástico”, pois consideram o impacto de suas atividades sobre o meio ambiente, no que se refere à maneira que utilizam os recursos naturais, e colaboram para a inserção de uma administração ambiental na rotina de trabalho, não sendo relatados pelo respondente.

4.3.1.2 AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social empresarial é identificada a partir do comportamento ético que a organização empresarial adota diante da sociedade. Nesse sentido, é possível compreender que as ações de gestão devem ocorrer de modo responsável nas relações estabelecidas entre os seus *stakeholders*, também, o compromisso constante das organizações em dar contribuições para o desenvolvimento econômico, sendo refletidas na qualidade de vida de seus

colaboradores e das suas famílias, como também, da comunidade local e da coletividade em geral.

Para sua efetiva concretização é indispensável, por parte das organizações, a adoção de um posicionamento estratégico em que seja possível levar em conta, no âmbito do negócio, os interesses e as necessidades de todos os públicos afetados pelo desenvolvimento das atividades empresariais. Isto posto, exige das empresas a construção de uma consciência voltada para além das questões econômicas.

Assim, conforme afirma a respondente, no que se refere às ações sociais da empresa em análise, é possível constatar que:

A empresa, em análise, executa suas ações de responsabilidade social nas dimensões ambiental e social. No que diz respeito às ações sociais, no fato de se relacionar com a comunidade em que se encontra inserida por meio do oferecimento de atividades esportivas aos jovens, em parceria com outras instituições, apresentação de espetáculos teatrais, ou seja, compreendem que estas intervenções contribuem para a construção de uma sociedade melhor.

Em se tratando da dimensão ambiental, conforme relatado no item 4.3.1., as ações empresariais são voltadas à promoção do respeito ao meio ambiente, diante das ações relacionadas à construção de consciência ambiental e de conservação e promoção de um ambiente mais limpo, pelo que foi relatado dos projetos executados, diante das comunidades, pela empresa.

Os resultados obtidos pelas ações de responsabilidade social da empresa confirmam a afirmação das dimensões de RSE, utilizadas pela empresa, dissertadas a seguir:

O resultado mais significativo relaciona-se ao desenvolvimento social das comunidades no entorno das plantas e dos municípios em que a empresa encontra-se instalada. Segundo relato da entrevistada, buscam o resultado citado por meio de parcerias estabelecidas com o poder público local, para que o legado

fique para o município e sua população. Assim relata alguns resultados quantitativos:

- 300 crianças e jovens atendidos pelo Projeto Esporte Braskem;
- 500 pessoas sensibilizadas para a importância da reciclagem pelo EcoFashion;
- cerca de 30 catadores de materiais recicláveis com aumento de renda;
- cerca de 1000 crianças e jovens sensibilizados pelo Fábrica de Florestas.

No que se refere aos dados coletados pela entrevista, não há relacionamento dos programas citados pela respondente, diante do que está prescrito no documento empresarial público.

Assim suas ações relacionam-se aos programas que atendem às necessidades que emanam da RSE, relativa ao comportamento empresarial ético da empresa diante da sociedade, embora seja possível constatar que a linha de RSE adotada pela BRASKEM decorre da promoção de ações sociais que promovam a melhora de vida da comunidade. Não são descritas ações que pleiteiem diretamente outros *stakeholders*. Entretanto, o grupo de *stakeholders* diretamente beneficiado pode trazer contribuições para o desenvolvimento econômico da coletividade local.

Vale ressaltar que para esta pesquisa não se levou em consideração as informações descritas pelo projeto Aquapolo e os aspectos relacionados ao processo de logística reversa adotados pela empresa, por não atender aos objetivos delimitados na presente investigação.

4.3.1.3 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Existem três pilares que orientam o desenvolvimento regional, caracterizados como a governança, a sociedade e a distribuição dos ativos sociais.

Nesse cenário, estão implícitas ao desenvolvimento regional sustentável, a governança assumindo o papel regulador, no que se refere à gestão pública e a eficiência econômica, proporcionalmente, desde que os investimentos sejam de maior qualidade e melhor aplicados.

No que tange à organização da sociedade, é necessário ênfase na mobilização, cooperação e articulação dos diferentes sujeitos locais como meio de alcance de indicadores de qualidade de vida melhores, por intermédio do exame constante pela eficiência da gestão pública.

No que se refere à distribuição dos ativos sociais, seu vínculo deve ser constituído, principalmente, em relação ao ativo conhecimento, atingido pela escolarização e aumento da capacidade tecnológica. Assim, seu maior dilema consiste na integração das questões sociais, ambientais e econômicas (BUARQUE, 2006).

No que tange aos dados coletados pela entrevista e pelo documento público (Relatório de Administração, 2012) da empresa em análise, as ações de responsabilidade social e ambiental vão ao encontro dos pilares que prescrevem a base conceitual do desenvolvimento regional, pois:

As parcerias estabelecidas com o poder público local para o desenvolvimento de ações como: Inauguração da Central de Triagem de Materiais Recicláveis, em Mauá-SP; adesão ao Programa Ciência sem fronteiras, em que a empresa se responsabiliza pelo desenvolvimento de ações sociais tais como reforço escolar e reforma de espaços públicos; o projeto Fábrica de Florestas que acontece em Santo André e completa esta parceria com o poder público local, tendo como objetivo a produção de mudas de espécies nativas para a recuperação de áreas degradadas e reflorestamento urbano. Tais iniciativas dialogam em torno do pilar da governança regional, entretanto é verificável que quem busca assumir o controle da gestão do processo é a própria empresa, em seu diálogo com os demais atores no território.

Em relação à organização da sociedade, contata-se sua presença, de modo significativo, pois o estímulo à mobilização do sujeito é dado, por meio de programas como projeto reciclagem, Comunidade EcoFashion, programa de

desenvolvimento integrado e sustentável do mosaico de APAs do Baixo Sul da Bahia (PDIS), projeto esporte Braskem, projetos culturais como “É Natal” e “Bagun”, para que a *posteriori* atinjam indicadores de qualidade.

A partir desses projetos, é possível identificar a construção de valores relativos à consciência ambiental, no que refere ao manuseio direto, seja no contexto da reciclagem, seja no contexto do reflorestamento, pois identificam nesses processos diferentes formas de interação com o meio ambiente, de modo que conserve seus recursos e possibilitem a partir daí ganhos econômicos, sociais e naturalmente ambientais.

Em se tratando da distribuição dos ativos sociais, esta categoria também é alcançada pela empresa em estudo, pois os projetos relacionados à sustentabilidade e responsabilidade social levam às comunidades beneficiadas conhecimentos para sua compreensão de como podem ser economicamente ativos, socialmente responsáveis e, por conseguinte participantes ativos da coletividade de que fazem parte.

Portanto, ao que se constata a empresa pesquisada buscaria contribuir para o desenvolvimento regional sustentável, pois há a concretização de características relacionadas à mobilização e exploração das potencialidades locais, na proposição do aumento das oportunidades sociais, a partir de todos os projetos executados, trazendo colaborações para a viabilidade e competitividade da economia regional, na convergência dos interesses da conservação do meio ambiente.

Verifica-se então que conforme a entrevista da representante da empresa em análise, as ações organizacionais voltadas à responsabilidade socioambiental são baseadas em temas que estruturam os indicadores do Instituto *Ethos*, a saber: valores e transparência no que se refere ao desenvolvimento das atividades acima descritas; meio ambiente, no que se refere ao estímulo da conscientização ambiental, por meio dos projetos específicos citados ao longo desse tópico; comunidade, no que diz respeito aos benefícios sociais e qualidade de vida para a comunidade do entorno; governo e sociedade, por meio de parcerias estabelecidas junto ao poder público na execução de projetos socioambientais.

4.3.2 REPRESENTANTE COMUNITÁRIO

4.3.2.1 AÇÕES SUSTENTÁVEIS

Sabe-se, no que se refere à sustentabilidade, que as empresas devem atender as necessidades no presente, sem que haja o comprometimento da capacidade em atender as necessidades das gerações futuras, logo as empresas que organizam suas atividades produtivas, no âmbito da sustentabilidade, devem pautar-se, concomitantemente, em três pilares: em um pilar ambiental; em um econômico; em um pilar social.

Assim, conforme o respondente mencionado, é possível identificar as seguintes circunstâncias:

No que se refere aos dados coletados pela entrevista, identifica-se que a escola tem trabalhado num projeto relacionado à sustentabilidade, já direcionado pelo Ministério da Educação e Cultura, sendo identificado como tema transversal. Os temas transversais envolvem preocupações sociais contemporâneas relacionadas às ações sociais humanas em suas diferentes interações e propõe a organização de estudos interdisciplinares, de modo que o educando construa consciência crítica acerca das questões que o cercam. Nesse sentido, partem da premissa de que suas ações sustentáveis devem ser refletidas, por exemplo, na construção de uma horta escolar e outras ações, não muito esclarecedoras, no âmbito da sustentabilidade, como a construção de uma casa sustentável.

Em relação à participação da empresa em projetos dessa esfera, a entrevistada destacou que a ação estava centrada nas roupas recicláveis e organização do desfile. Assim sendo, levando em consideração as três dimensões (econômica, ambiental e social), é possível afirmar que esta ação pleiteia apenas duas dimensões, a saber: a ecológica e a social. Assim, no que se refere à dimensão ecológica, o reaproveitamento, por meio da reciclagem de roupas usadas, customizando-as, diminui o descarte desse material junto ao meio ambiente e revisita seu uso, de modo que contribua para minimização de impactos resultantes de descartes. No que diz respeito à dimensão social, valoriza suas

qualidades relacionadas à criatividade, pois programam inovações na roupa reaproveitada, ampliando suas experiências no âmbito da sustentabilidade.

Embora seja possível identificar as críticas relacionadas a essa ação da empresa, por parte da escola, pois pelo seu relato pode-se afirmar a necessidade de ser uma ação educativa administrada e controlada pela escola, se apresentando como reflexo, ou resultado de trabalho dos professores, a empresa participa de ações voltadas à educação ambiental.

O entrevistado cita, também, outros parceiros na organização de ações que proponham a construção de uma consciência voltada à sustentabilidade, como por exemplo, o “Projeto Água”, do Clã das Artes. Entretanto, o entrevistado não identificou a ligação desse projeto com o desenvolvido pela empresa em análise.

Neste relato, o entrevistado descreveu a existência de outras parcerias, como com a Defesa Civil, relacionada às orientações prestadas à comunidade, no que se refere à prestação de primeiros socorros.

Logo, no espaço representado por uma escola da comunidade, foram destacadas ações que dialogam com o desenvolvimento de uma consciência cidadã, por meio da sustentabilidade.

4.3.2.2 AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Nessa parte da entrevista, percebe-se que a empresa estudada busca atuar incentivando a prática esportiva dos membros da comunidade, representados na figura dos alunos da escola, em que foram colhidas as informações. Assim sendo, o entrevistado relata que após a participação de seus alunos em atividades esportivas estimuladas pela Braskem, alguns alunos tiveram um desempenho acadêmico sofrível, entretanto a empresa auxilia a escola a intervir em situações dessa natureza, de modo que acompanhem sua melhora nas atividades desempenhadas.

Esta ação social, em conjunto com o incentivo ao esporte, contribui para que se constate que a empresa executa ações de responsabilidade social, no âmbito social, pois entendem que estas intervenções colaboram para a construção de uma sociedade melhor, em função de proporcionarem incentivos às atividades esportivas.

Verifica-se, também, outra ação nessa perspectiva que foi a construção e manutenção do Museu da Pessoa, em que ensina a resgatar a história dos membros comunitários daquela região para a construção do senso de comunidade no ambiente em que os envolvidos organizam suas interações.

Assim, encontra-se em consonância com o que disserta o paradigma da Responsabilidade Social Empresarial, relacionado ao comportamento ético adotado por uma empresa diante da sociedade, ultrapassando as responsabilidades legais, na promoção de maior qualidade de vida junto à comunidade em que atua.

4.3.2.3 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Diante dos pilares do desenvolvimento regional, neste ponto da entrevista a abordagem relaciona-se à mobilidade social, voltada à organização social, pois as condições relacionadas à infraestrutura do bairro apresentaram uma melhora significativa após a intervenção da Braskem, contribuindo assim para a melhora da articulação, mobilização e cooperação entre os membros da comunidade beneficiada. Reflete em ações voltadas para a ida de estabelecimentos para a comunidade, gerando empregos e organizando a economia local.

No âmbito da governança, com destaque para as questões voltadas à melhora da infraestrutura do bairro, entretanto, o relato indica que a empresa assume o papel ou responsabilidade da gestão pública, no que se refere à garantia de melhores condições estruturais presentes na comunidade.

Em relação ao segundo respondente, não foi possível verificar mais questões relacionadas ao desenvolvimento regional proposto pela empresa em análise, pois este disserta sobre todos os aspectos da comunidade, sem focalizar nas contribuições trazidas pela Braskem.

4.3.3 REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS QUÍMICOS

4.3.3.1 AÇÕES SUSTENTÁVEIS

O entrevistado tem a intenção de descrever os meios de produção, a partir dos insumos, da empresa em análise, para que se compreendam seus processos produtivos internos, no âmbito da indústria petroquímica. Assim, verifica-se, que estão organizados na dimensão ambiental da sustentabilidade, pois explicita que a empresa produz álcool voltado para a linha de produção de polietileno verde. Este produto resulta da combinação existente entre inovação, tecnologia e sustentabilidade, ou seja, é um plástico derivado da cana-de-açúcar, no qual captura e fixa o gás carbônico da atmosfera, no decorrer do seu processo de produção, colaborando, assim, para a redução da emissão de gases causadores do efeito estufa. A energia consumida para a fabricação de seus produtos é gerada pela própria empresa, derivada do álcool, estratégia utilizada pela empresa para baratear os custos energéticos, em função da elevação de preços da energia hidroelétrica após a privatização do setor, colaborando assim para a redução de demanda desse tipo de energia.

Apesar da crítica implícita no depoimento do respondente, relacionada à monopolização da Braskem, diante da produção de um conceito de química verde voltada ao polietileno, reconhecem a existência de um ambiente inovador, dentro de parâmetros sustentáveis. Não apresentam outras dimensões da sustentabilidade em suas respostas.

4.3.3.2 AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Não é possível identificar em qual das dimensões da Responsabilidade Social a empresa, segundo o Sindicato dos Químicos, se enquadra, pois em seu relato avalia positivamente a interação proposta pelo trabalho realizado pela empresa, diante da comunidade, qualificando-os enquanto interessantes. Entretanto, não explicita nenhum programa realizado pela empresa, embora reconheça os impactos de sua execução. Não houve a citação dos programas sociais praticados pela empresa, em função de partirem do pressuposto que o pesquisador tinha conhecimento destes.

4.3.3.3 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Em relação ao desenvolvimento regional, conforme o relato do representante do sindicato, é esta instituição que tem estimulado o debate voltado ao pensamento regional de desenvolvimento, especialmente através de sua articulação institucional pautada pela longa tradição e história do Sindicato dos Químicos na região, fundado em meados dos anos 1930.

4.3.4 RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA BRASKEM

4.3.4.1 AÇÕES SUSTENTÁVEIS

Conforme o relatório disponibilizado pela empresa, é possível apontar que se refere às três dimensões da sustentabilidade, em função de apresentar os seguintes programas:

- a) Programa de Educação Ambiental Lagoa Viva: foi iniciado no bairro Pontal da Barra (Maceió-AL), sendo constituído por oficinas voltadas à educação

ambiental e capacitação à geração de renda da população local. Foi estendido a 39 outros municípios. Nesse sentido, propõe a construção de consciência ambiental diante da população atendida no uso e manuseio de recursos naturais.

- b) Programa Fábrica das Florestas: tem por objetivo a promover a produção e o plantio de mudas de espécies nativas ao longo do litoral norte baiano, com a finalidade de recuperar os danos à Mata Atlântica, focalizado no reflorestamento da nascente e matas ciliares da região. O presente projeto obteve uma repercussão positiva favorável, sendo estendido para Paulínia-SP e Duque de/Caxias-RJ. Verifica-se, então, a preocupação com a manutenção dos recursos ambientais, via ações de reflorestamento.
- c) Um novo Olhar para o Plástico, projeto educativo, centrado nas escolas, tendo com público-alvo professores e alunos das redes pública e privada. O eixo temático proposto nesses ambientes é a apresentação de temas relacionados ao consumo consciente, combate ao descarte inadequado de resíduos e o desperdício de água e energia. Estabeleceu parcerias com o Instituto Akatu e o Instituto Faça Parte.

No âmbito socioeconômico, o projeto de educação ambiental Lagoa Viva, em suas capacitações, apresenta formas inovadoras de geração de renda à população local, diante das questões ligadas ao reaproveitamento de resíduos descartados. No que diz respeito ao Projeto Um Novo Olhar para o Plástico, registra-se a preocupação centrada no desperdício de água, energia e combate ao descarte inadequado de resíduos, integrando às escolas no processo de capacitação da comunidade, no sentido de ressignificar suas ações nessa natureza, promovendo a economia dos recursos naturais disponíveis.

Na dimensão social, o Relatório ressalta a modificação das interações do homem diante da natureza, construindo consciência ambiental de uso, manuseio em conformidade às necessidades tanto ambientais quanto sociais.

4.3.4.2 AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

De acordo com o documento analisado, as ações de responsabilidade social executadas pela empresa estão organizadas em:

- a) Projetos de reciclagem: seu objetivo é a promoção da inclusão social de catadores de material reciclado nas regiões de São Paulo, Alagoas, Bahia e Rio Grande do Sul. Neste projeto, os catadores tem a possibilidade de desenvolver um processo produtivo de triagem e reciclagem em suas cooperativas, ampliando naturalmente sua renda com vistas à promoção da eficiência do processo produtivo, além da disseminação sobre o processo adequado de descarte.
- b) Programa Ciência sem Fronteiras: a empresa aderiu a este programa implementado pelo governo federal, para que se amplie a pesquisa relacionada à produção de polietileno verde, há três pessoas da empresa estagiando em Pittsburgh nas áreas de catálise, polímeros e propriedade intelectual.
- c) Filantropia: Relacionam-se às ações sociais de reforço escolar e reforma em espaços públicos, promove também a mobilização de arrecadação de recursos financeiros para estas e outras organizações.

A dimensão, nesse contexto, é a social, ou seja, constituída por intermédio da relação existente entre a empresa e a sociedade. A empresa relata a promoção de melhoras sociais, nas regiões em que atua, para a integração de preocupações relativas ao ciclo produtivo da reciclagem, com a promoção da inclusão social dos catadores de material reciclável.

4.3.4.3 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

As ações de responsabilidade socioambiental destacadas pela própria Braskem abordam sua contribuição para o desenvolvimento regional, dialogando com os pilares caracterizados como a governança, a sociedade e a distribuição dos ativos sociais.

Nesse cenário, estão implícitas ao desenvolvimento regional sustentável, com a governança assumindo o papel regulador, no que se refere à gestão pública e a eficiência econômica, proporcionalmente, desde que os investimentos sejam de maior qualidade e melhor aplicados. Verifica-se a presença desse pilar no apoio ao projeto Ciência sem Fronteiras, do governo federal, mediante o intercâmbio internacional da pesquisa científica, no âmbito da produção de polietileno verde, catálise e produção intelectual.

No que tange à organização da sociedade, o Relatório coloca ênfase na mobilização, cooperação e articulação dos diferentes sujeitos locais como meio de alcance de indicadores de qualidade de vida melhores, concretizado pelas ações que constituem o Projeto Reciclagem, no qual a partir da melhora dos processos produtivos, diante da cadeia de reciclagem, amplia os ganhos econômicos dos catadores, na promoção de sua inserção social.

No que se refere à distribuição dos ativos sociais, seu vínculo deve ser constituído, de acordo com o documento, em relação ao ativo conhecimento, atingido pela escolarização e aumento da capacidade tecnológica. O projeto “Um Novo Olhar para o Plástico” é centrado nas escolas e aborda a capacitação de professores e alunos do ensino fundamental e médio das redes pública e privada, para atender as necessidades relacionadas ao consumo consciente, combate ao inadequado descarte de resíduos e desperdício de água e energia.

Conclui-se o presente capítulo, que buscou descrever e confrontar as iniciativas sustentáveis e de responsabilidade social, com base nas entrevistas realizadas e nos documentos coletados. O capítulo foi organizado a partir do panorama da indústria petroquímica e da caracterização da empresa, seguindo com a descrição dos principais achados da pesquisa, em termos das ações

sustentáveis levantadas e das iniciativas de responsabilidade social empresarial. Verifica-se, na abordagem da empresa, uma ênfase aos princípios essenciais da sustentabilidade, buscando dialogar com uma perspectiva comum ao segmento da indústria química: o controle dos riscos relacionados à atividade.

Destaca-se também a ênfase dada ao relacionamento com a comunidade no entorno do polo petroquímico, que a rigor corresponde ao prosseguimento de uma abordagem existente no período anterior ao controle operacional da Braskem, remontando a iniciativas da antiga Petroquímica União (PQU) e posteriormente da empresa Quattor, ao longo das décadas de 1990 e 2000. O próximo capítulo busca sintetizar as principais conclusões do estudo, bem como apresentar perspectivas de sua continuidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho são tecidas algumas considerações que compreendem a revisão dos objetivos, a verificação da hipótese e a apresentação de novas perspectivas.

Os resultados obtidos e apresentados nesta dissertação podem trazer contribuição para os estudos relacionados às iniciativas sustentáveis de responsabilidade social de empresas pertencentes ao setor petroquímico, pois seus processos produtivos trazem impactos relevantes ao meio ambiente.

No que diz respeito à dimensão ambiental o projeto “Fábrica de Florestas”, que ocorre na cidade de Santo André-SP, se constitui por meio de ações que buscam dialogar com a construção de consciência ambiental, por intermédio da promoção do reflorestamento urbano, no plantio de mudas de espécies nativas e, naturalmente, na construção de valores que embasam a educação ambiental. Ainda, em relação à dimensão ambiental, o Projeto Eco-Fashion, desenvolvido em Santo André-SP, também, apresenta esta preocupação, visando capacitar os membros da comunidade, no sentido de promover o reaproveitamento de suas roupas, a partir de técnicas de customização, diminuindo o seu respectivo descarte.

Em relação à dimensão econômica, houve a inauguração da Central de Triagem de Materiais Recicláveis em parceria com a Prefeitura de Mauá, em que demandou um investimento significativo, por parte da empresa em estudo. Seus objetivos estão centrados na organização do trabalho dos catadores, em função de apresentar um sistema de materiais recicláveis que dinamize o seu trabalho, no qual seu sistema facilita o manuseio do material coletado. Coloca-se, portanto, no sentido de contribuir para a transição da economia informal para a formal, ao formalizar e dinamizar o trabalho dos catadores, buscando o aumento de sua renda e melhor qualidade de vida. Em relação à inauguração do Centro de Triagem de Materiais Recicláveis, tem como propósito colaborar para o aumento da melhora da qualidade de vida dos catadores envolvidos, no âmbito da

organização dos seus processos produtivos e na formalização do seu trabalho através da organização de cooperativas.

No que se refere à dimensão social, os projetos informados destacam a construção de valores educacionais, especialmente no que diz respeito à educação ambiental, enfatizando o potencial criativo dos envolvidos e a compreensão das iniciativas perante o meio ambiente.

Em se tratando das bases que constituem a responsabilidade social, a empresa enfatiza o estímulo às crianças da comunidade em que atua, na região do ABC paulista, em parceria com outras instituições, à prática esportiva. A dimensão ambiental é constituída a partir da construção do respeito ao meio ambiente, por meio do estímulo à consciência ambiental e de conservação dos recursos naturais e promoção de um ambiente mais limpo.

A dimensão social relaciona-se ao fato de buscar interagir junto aos membros da comunidade em que se encontra inserida, no apoio, em conjunto com outras instituições, à prática esportiva das crianças e adolescentes que se encontram matriculados numa escola local. Esta ação, juntamente com a parceria do Museu da Pessoa, que visa resgatar a história dos membros comunitários, contribui para a promoção das relações sociais no entorno de suas instalações e indica o comportamento ético da empresa diante da comunidade em que atua, no qual remontam aos períodos anteriores, em que a Petroquímica União e posteriormente a Quattor, coordenavam o Polo Petroquímico de Capuava.

As ações da empresa estudada buscam interagir com o desenvolvimento regional, a partir dos pilares designados por governança, organização da sociedade e a distribuição dos ativos sociais. No que tange à governança, as parcerias estabelecidas com o poder público local, para a inauguração do Centro de Triagem de Materiais Recicláveis de Mauá e o Projeto 'Fábrica de Florestas' em parceria com a prefeitura de Santo André, são iniciativas que vão ao encontro da governança regional, contudo é constatável que quem busca assumir o controle da gestão do processo é a própria empresa, no estabelecimento do diálogo com os demais atores no território.

No que se refere ao relacionamento com a sociedade, a empresa estudada se declara voltada para a mobilização dos sujeitos comunitários a partir de programas como Projeto Reciclagem, Comunidade EcoFashion, Projeto Esporte Braskem, para que os envolvidos atinjam indicadores de qualidade.

Em relação à distribuição de ativos sociais, os projetos descritos acerca de responsabilidade socioambiental encaminham à comunidade beneficiada conhecimentos relevantes, dialogando com a concepção de uma consciência de que podem ser economicamente ativos, socialmente responsáveis e, conseqüentemente, participantes ativos da coletividade de que fazem parte.

Portanto, as iniciativas de responsabilidade socioambiental apresentadas pela empresa estudada e confrontadas pelas demais fontes entrevistadas, buscam se enquadrar nos conceitos básicos da Sustentabilidade e Responsabilidade Social Empresarial, bem como abordar a questão do desenvolvimento regional.

Vale notar, como afirma Coral (2002), que para a efetiva concretização dessa abordagem é preciso modificar a organização dos processos produtivos, aspecto que não foi possível avaliar pelas limitações metodológicas do presente estudo. No contexto da responsabilidade social, como destaca Ashley (2002), é essencial que o compromisso de uma empresa junto à sociedade esteja fundado em ações de impacto perante a comunidade. As fontes consultadas destacam a atenção ao diálogo entre empresa e comunidade, especialmente pelas questões inerentes a convivência e proximidade física com as instalações industriais.

Nesse sentido, a presente dissertação não se pretende conclusiva e os resultados apresentados merecem ser revistos e complementados por outras pesquisas, no que diz respeito às empresas que constituem a indústria química, na exposição e análise das ações de responsabilidade socioambiental que realizam, diante da comunidade em que atuam, em função de apresentarem impactos expressivos, produzidos por suas atividades, tanto no que se refere tanto à extração de insumos para a organização de suas atividades produtivas, quanto aos impactos ambientais causados pelos produtos oferecidos por esta indústria.

Assim, é possível reconhecer as limitações da presente pesquisa em função de dificuldade de acesso a um maior número de respondentes, com vistas

à ampliação da amostragem, no sentido de cruzar tais informações com as prescritas em documentos institucionais publicados pela empresa em análise, pois centrou-se na visão dos representantes pertencentes a diferentes segmentos que constituem os *stakeholders* que dialogam consigo.

Portanto, recomenda-se a continuidade dessa pesquisa, na região do ABC Paulista, com o intuito de investigar ações de responsabilidade socioambiental adotadas por outras empresas do segmento químico e petroquímico, tendo em vista os impactos ambientais gerados pelos seus processos produtivos.

REFERÊNCIAS

ABIQUIM. Guia da indústria química brasileira. Abiquim, 2012.

ALESSIO, R. Responsabilidade Social das Empresas no Brasil: Reprodução de postura ou novos rumos? Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

ALMEIDA, F. O bom negócio da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ARNT, R. O esperanto da sustentabilidade. **Revista Exame**, 11 de junho de 2003.

ASHELY P.A.(coord.). **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA QUÍMICA - ABIQUIM. **Atuação responsável**. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.abiquim.org.br/atuacaoresponsavel>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

AZEVEDO, A. L. V. de. **Empresas e o desenvolvimento sustentável no Brasil**: um estudo sobre o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). 2002. 180 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia com concentração em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. O Setor Empresarial e a Questão do Desenvolvimento Sustentável no Brasil. In: Encontro Bienal da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, V., 2003, Caxias do Sul. **Anais Eletrônicos...** Campinas: Unicamp, 2003. Disponível em: <<http://www.nepam.unicamp.br/ecoeco>>. Acesso em: 18 mai. 2013.

BARBIERI, J. C.; SILVA, D. **Educação ambiental na formação do administrador**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

BASTOS, V. D. Desafios da petroquímica brasileira no cenário global. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 321-328, mar. 2009.

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de Metodologia científica – um guia para a iniciação científica**. São Paulo: Mackom Books, 2000.

BECHARA, F. R. Curso e Concurso. **Interesses Difusos e Coletivos**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcellos (coord). Dano ambiental: prevenção, preparação e repressão. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 1993.

BOECHAT, C.; LAURIANO, L. A. (2012). **Abordagens para a Sustentabilidade nas Organizações**. Vol. 1. (On-line). FDC. Disponível: <http://www.fdc.org.br/pt/publicacoes/Paginas/cadernodeideias.aspx?COD_ACERVO=25314>. Acesso em: 10 mai. 2013.

BOWEN, H. R. **Responsabilidades Sociais do Homem de Negócios**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1957.

BRASKEM. **Relatório de Administração**, 2012.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUNGE, M. **Epistemologia** – Curso de Atualização. São Paulo: T. A. Queiroz, Editor e EDUSP. 1987.

CALADO, S. S; Ferreira, S.C dos R. (2004). **Análise de documentos**: método de recolha e análise de dados. (On-line). Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2013.

CAPRA, F. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1997.

CARVALHO, A. B. M; CARVALHO, M. A. B. A determinação dos impactos e a gestão do desempenho social. **Revista Meio Ambiente Industrial**, São Paulo, set.-out. 2000.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento Rural Sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. **Emater/RS Revista Extensão Rural**, v. 1, n. 1, jan./mar.2000.

CARROL, A. B. A Three dimensional conceptual model of corporate performance. **Academy of Managemet Review** (pre-1986); Oct., 1979.

CERVO, L. A.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CLARO, P. B. O.; CLARO, D. P.; AMÂNCIO, R. (2008). Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. (On-line). **Revista de Administração - RAUSP**, vol. 43, núm. 4, outubro-diciembre, 2008.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração**: Um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum – Comissão Mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CEBDS). Disponível em: <<http://www.cebds.org.br>>. Acesso em: 18 jul. 2013.

CORAL, E. **Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial**. Tese de doutorado em Engenharia da Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, 2002.

DAHLSTRUD, A. How corporate social responsibility is defined: an analysis of 37 definitions. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 15, p. 1-13, 2008.

DAVIS, K. Understanding the social responsibility puzzle: What does the businessman owe to society? **Business Horizons**, v. 10, p. 45-50, 1967.

DENCKER, A. de F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. ed. São Paulo: Futura, 2000.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2000. DONAIRE, D. **Gestão ambiental na empresa**. São Paulo: Atlas, 1999.

DOWBOR, L. Descentralização e participação – as novas tendências. In: **A Reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada**. 2001. Disponível em: <<http://www.dowbor.org/01repsoc3.doc>>. Acesso em: 04 jan.2014.

_____. **Educação e desenvolvimento local**. 2006a. Disponível em: <<http://www.dowbor.org/06edulocalb.doc>>. Acesso em: 02 mar. 2014.

_____. **O desenvolvimento local e racionalidade econômica**. 2006b. Disponível em: <<http://www.dowbor.org/06deslocalcurto4p.doc>>. Acesso em 02 mar. 2014.

_____. **O desafio sobre o PIB: estamos fazendo a conta errada**. 2009. Disponível em: <<http://www.dowbor.org/09o%20pib%20que%20vá%20para%20fib.doc>>. Acesso em: 04 jan.2014.

ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca**. Trad. Patrícia Martins Ramalho. São Paulo: Makron Books, 2001.

ETHOS, Instituto *Ethos* de empresas e Responsabilidade Social (2012). “**Cidades Sustentáveis**”. Disponível em: <http://siteuniethos.org.br/CI_2012/?P=1030>. Acesso em: 08 mai. 2014.

FERREIRA, L. C. Sustentabilidade: uma abordagem histórica da sustentabilidade. In: **BRASIL. Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: introdução à uma agenda. In: Fischer, Tânia (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002. p. 12-32.

FLORES, H. H. **A pesquisa universitária**. Rio de Janeiro: Nova dimensão, 1996.

FREITAS, V. P. de. **A Constituição Federal e a efetividade das normas ambientais**. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

FREY, I.A.; FREY, M.R. Sustentabilidade empresarial. In: SIEDENBERG, D. R. (org.). **Dicionário do Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2006.

GEORGE, J. e JONES, G. **Understanding and managing organizational behavior**. (5th ed.). Upper Saddle River, New Jersey : Pearson Prentice Hall, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In.: DESLANDES, S. F; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S.(org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GRAJEW, O. O que é a responsabilidade social? **Palestra proferida no Simpósio Nacional de Empresas e Responsabilidade Social – Sinal 99**. Ribeirão Preto, Brasil, 1999.

GRIESSE, M. Ética Empresarial e Responsabilidade Social Corporativa à Luz da Teoria de Julgamento Moral, de Lawrence Kohlberg. **Impulso**, Piracicaba, v. 14, n.35, p. 33-48, 2003.

GUARNIERI, P. (2010). **Empresas Sustentáveis – Natura.** (On-line). Blog Logística Reversa e Sustentabilidade. Disponível em: <<http://patriciaguarnieri.blogspot.com.br/2010/05/empresas-sustentaveis-natura.html>>. Acesso em: 16 mai. 2013.

HANSEN, E; GROSSE-DINKER, F.; REICHWALD, R. Sustainability innovation cube: a framework to evaluate sustainability-oriented innovations. **International Journal of Innovation Management**, v. 13, n. 4, p. 683–713, 2009.

HART, S. L. **O capitalismo na encruzilhada:** as inúmeras oportunidades de negócios na solução dos problemas mais difíceis do mundo. Porto Alegre: Bookman, 2006.

JACOBI, P. **Poder local, políticas sociais e sustentabilidade.** **Saúde Social.** São Paulo, v. 8, n. 1, fev. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12901999000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 abr. 2014.

JOSÉ, L. H. P. (2010). **Sustentabilidade na Pequena Empresa é possível?** (On-line). Blog Simples Soluções Desenvolvimento Organizacional. Disponível em: <<http://www.simplessolucoes.com.br/blog/2009/10/sustentabilidade-na-pequena-empresa-e-possivel>>. Acesso em: 25 mai. 2013.

JUNQUEIRA, R. G. P. Agendas sociais: desafio da intersectorialidade na construção do desenvolvimento local sustentável. **Revista de Administração Pública.** V. 34, N. 6, Nov. / Dez. 2000, p. 131-158.

KATO, C. A. **Arquitetura e sustentabilidade: projetar com ciência da energia.** Dissertação de mestrado. Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2008.

LANG, J. **Gestão ambiental: estudo das táticas de legitimação utilizadas nos relatórios da administração das empresas listadas no ISE.** Dissertação de mestrado. Universidade Regional de Blumenau, 2009.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental.** São Paulo: Cortez, 2001.

LÉO, A. (2013). **Sustentabilidade.** (On-line). Blog Geografia do Mundo, Economia, Política e Urbana – Atualizada. Disponível em: <<http://geografiadomundoatual.zip.net/>>. Acesso em: 20 mai. 2013.

LLORENS, F. **Desenvolvimento econômico local:** caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política; tradução de Antonio Rubens Pompeu Braga. Rio de Janeiro: BNDES. 2001.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**: metodologia, planejamento. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. v. 1.

MARREWIJK, M. Concepts and definitions of CSR and corporate sustainability: Between agency. **Journal of Business Ethics**, may, 2003.

MCGUIRE, J. W. **Business and Society**. New York: McGraw Hill, 1963.

MENEZES, N. L. de; VILLELA, F. A. (2010). Pesquisa científica. **Revista SEED News**. Disponível em: <http://www.seednews.inf.br/portugues/seed82/print_artigo82.html>. Acesso em: 13 jul. 2013.

MOIR, L. What do we mean by Corporate Social Responsibility? **Corporate Governance**, 2001.

MOLINA, G. F. Desenvolvimento sustentável. In: SIEDENBERG, D. R. (org.). Dicionário do Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2006.

MOURA, L. G. V. **Indicadores para a avaliação da sustentabilidade em sistemas de produção da agricultura familiar: o caso dos fumicultores de Agudo**. Dissertação de mestrado. Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

MOURA, L. A. R. (2012). **O que é ISO 14.000?** (On-line). Gestão Ambiental Web Site. Disponível em: <<https://sites.google.com/a/rolim.net/gestao-ambiental-web-site/artigos/o-que-e-iso-14000>>. Acesso em: 20 mai. 2013.

MUDANÇA DO CLIMA 2007. **A Base das Ciências Físicas**. Contribuição do Grupo de Trabalho I ao Quarto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima. Genebra, 2007, p. 3.

OLIVEIRA, S. L. de. **Metodologia científica aplicada ao direito**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

OLIVEIRA, K. P. Panorama do comportamento ambiental do setor empresarial no Brasil. **CEPAL**, Santiago do Chile, n. 104, setembro 2005.

PAULA, T. C. T. O ideário vigente na conservação de bens culturais móveis no século XXI. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, SCiELO Brasil. an. mus. paul., v.16, n. 2, São Paulo. jul/dez, 2008.

PEATTIE, K.; CHARTER, M. Green Marketing. In: MACDONAGH, P.; PHOTHERO, A. (Eds.). **Green management a reader**. London: The Dryden Press, 1997. p. 388-412.

PEDROSO, M. C. **Casos Sustentáveis. GV Executivo.** São Paulo: v. 6 nº2. p. 25-29, 2007.

PEREIRA, R. Silva. **Desenvolvimento Sustentável como Responsabilidade Social das Empresas** – um enfoque ambiental. São Paulo: Lorosae, 2002.

PHILIPPI, L. S. A Construção do Desenvolvimento Sustentável. In.: LEITE, Ana Lúcia Tostes de Aquino; MININNI-MEDINA, Naná. **Educação Ambiental (Curso básico à distância) Questões Ambientais – Conceitos, História, Problemas e Alternativa.** 2. ed, v. 5. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. **Creating Shared Value.** Harvard Business Review. 2006.

ROCHA, J. D.; BURSZTYN, M. A. A importância da participação social na sustentabilidade do desenvolvimento local. In: **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 7, n. 11, p. 45-52, set., 2005.

ROSA, A. **Rede de governança ambiental na cidade de Curitiba e o papel das tecnologias de informação e comunicação.** Dissertação de mestrado. Gestão Urbana. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2007.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir.** São Paulo: Vértice, 1986.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente.** São Paulo: Nobel, 1993.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente.** Prefacio de M. F. Strong. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Studio Nobel, Fundap, 1999.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

_____. **Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, T. Organizações da sociedade civil e as construções teóricas contemporâneas acerca da sustentabilidade. **Anais VI Conferencia Regional de ISTR Para América Latina Y El Caribe.** Salvador, 2007.

SCHARF, R. **Manual de Negócios Sustentáveis.** São Paulo: Amigos da terra; FGV; GVces, 2004. 176 p.

SCHWEIGERT, L. R. **Plano diretor e sustentabilidade ambiental da cidade. Dissertação de mestrado. Arquitetura e Urbanismo.** Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2007.

SEN, A K. Ética da Empresa e Desenvolvimento Econômico. In: CORTINA, Adela Orts (Org.). **Construir confiança: ética da empresa na sociedade da informação e das comunicações.** São Paulo: Loyola, 2003.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SGARBI, V. S. et. al. Os jargões da sustentabilidade: uma discussão a partir da produção científica nacional. In: **Encontro Nacional de Gestão Empresarial e Meio Ambiente**, 10, 2008, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SILVA, R. **Apostila de metodologia científica.** Brusque: ASSEVIM – Associação Educacional do Vale do Itajaí-Mirim, fev. 2008. (mimeo).

SILVA, D. da, C. C. Sustentabilidade Corporativa. In: **Anais VI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia - SEGeT**, Resende, RJ, 2009.

SILVEIRA, R. C. P. **Textos do discurso científico: pesquisa, revisão e ensaio.** São Paulo: Terracota, 2012.

SROUR, H.S. **Ética Empresarial.** 8.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

TAPIA, J. R. B. Desenvolvimento local, concertação social e governança: a experiência dos pactos territoriais na Itália. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 1, mar. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 abr. 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VELOSO, L. M. Responsabilidade social e globalização: redefinindo o papel das empresas transnacionais no Brasil. **Antropolítica**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 18, 2005.

VINHA, V. G. **A convenção do desenvolvimento sustentável e as empresas eco-comprometidas.** 1999. 291p. Tese de Doutorado - Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

VINHA, V. As empresas e o desenvolvimento sustentável: da eco-eficiência à responsabilidade social corporativa. In: May, Peter H., Lustosa, Maria C., Vinha, Valéria. (org.). **Economia do Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

WETHER, J. W.; CHANDLER, D. **Strategic corporate social responsibility**. Thousand Oaks – California: CA. Sage, 2006.

WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (WBCSD). Disponível em: <<http://www.wbcsd.org>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

ZOZZOLI , J. C. J. Marca e comunicação ambiental. In: Anais XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom: Natal/RN, 2008.

APÊNDICE 1 – ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- 1) A Braskem tem inovado em seus produtos, processos, tecnologias e em seu próprio modelo de negócio, adotando uma postura voltada à sustentabilidade e um ambiente propício a inovações?
- 2) Quais são as dificuldades enfrentadas pela empresa para alcançar um modelo de sustentabilidade?
- 3) Quais são os impactos econômicos, ambientais e sociais nos investimentos relativos à adoção de práticas sustentáveis por parte da empresa?
- 4) Quais são os benefícios econômicos da adoção de uma produção mais limpa?
- 5) Quais vantagens competitivas o investimento em ações sustentáveis por parte da empresa tem gerado?
- 6) Há a existência de ferramentas internacionais que viabilizam a adoção de práticas mais sustentáveis por parte das empresas. Quais ferramentas são utilizadas pela empresa?
- 7) Quais são suas ações de responsabilidade social voltada às comunidades em que a empresa esteja localizada?
- 8) Quais os resultados obtidos pelas ações de Responsabilidade Social desenvolvidas pela empresa?
- 9) Diante dos resultados obtidos junto às comunidades, quais são os pontos fracos ou críticos?
- 10) Como a empresa tem projetado a superação destes pontos fracos ou críticos?
- 11) Desde que a empresa assumiu o Polo Petroquímico do Grande ABC, como tem se posicionado em relação ao debate sobre o desenvolvimento regional?
- 12) Quais são as contribuições para o desenvolvimento social, econômico e ambiental da região do ABC, a partir do comando da Braskem no Polo Petroquímico do Grande ABC?
- 13) Como se estrutura a comunicação das práticas sustentáveis e iniciativas de Responsabilidade Social da Braskem? Quais as fragilidades e desafios dessa comunicação institucional?

APÊNDICE B – Carta de Autorização da Braskem